

"Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

# PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022 PROCESSO Nº 5105-PG/2021 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2022 TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

## MODO DE DISPUTA ABERTO LICITAÇÃO DIFERENCIADA

Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis Complementares nº 147, de 07 de agosto de 2014, e nº 155, de 27 de outubro de 2016, Decretos Municipais nº 5.205, de 24 de novembro de 2004, e Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7.762, de 06 de agosto de 2020, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

**DIREITO DE PREFERÊNCIA**: Licitação Diferenciada com previsão de exclusiva competição entre ME e EPP, inclusive MEI, e previsão de cota reservada, nos termos do Art. 48, inciso I e III, da Lei Complementar 123/06.

Nos termos do artigo 49 da Lei Complementar 123/06, não se aplica o disposto nos seus artigos 47 e 48, quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, sendo assim, caso não haja no mínimo 3 (três) empresas para disputa que se enquadrem como ME, EPP ou MEI, será aberta a competição para ampla disputa entre todos licitantes presentes, sem prejuízo dos benefícios previstos nos artigos 42 à 49 da referida Lei complementar.

#### DIA/HORÁRIOS:

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: do dia 02/06/2022 às 14:00h até o dia 15/06/2022 às 08:29h.

ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: Das 08:30h do dia 15/06/2022 às 08:59h do dia 15/06/2022.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:- Ás 09:00h do dia 15/06/2022.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL www.bll.org.br ou http://www.jau.sp.gov.br/licitacoes

<u>DEMAIS INFORMAÇÕES:</u> Departamento de Licitação, Rua Paissandu nº 444, Centro, Jahu/SP, CEP 17.201-900, fone (14) 3602-1804 / (14) 3602-1718, ou através do e-mail: <u>licitacao@jau.sp.gov.br</u> <u>LOCAL: - www.bll.org.br</u>





"Fundada em 15 de agosto de 1853"
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
Departamento de Licitações

#### PROCESSO Nº 5105-PG/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022

#### 1. – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1 A Prefeitura do Município de Jahu/SP, através da Secretaria de Economia e Finanças e este Pregoeiro, designado pela Portaria nº 42 de 03 de janeiro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.
- 1.2 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Secretaria de Economia e Finanças, denominado Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Bolsa de Licitações e Leilões BLL", constante da página eletrônica, no endereço <a href="https://www.bllcompras.org.br">www.bllcompras.org.br</a>

#### 2. - DO OBJETO:

- 2.1 REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELO PERÍODO DE 12 MESES, de acordo com as especificações constantes neste Edital e no Termo de Referência (Anexo I).
- 2.2 Fica estabelecida a forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.
- 2.3 Os quantitativos dos itens desta licitação estão divididos, observando a seguinte forma:
- 2.3.1 ITENS PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30 e 31 destinados à participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresas ME ou Empresas de Pequeno Porte EPP, sem prejuízo da sua participação na cota principal, nos termos do Art. 48, incisos I e III da Lei 123/2006 e conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Tcs 025128.989.20-9, 025129.989.20-8, 025130.989.20-5).
- 2.3.2 ITENS DE AMPLA COMPETIÇÃO: **32** destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste Edital, inclusive aos que se enquadrem na condição de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do Art. 48, inciso III da Lei 123/2006 e conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Tcs 025128.989.20-9, 025129.989.20-8, 025130.989.20-5).
- 2.4 Nos termos do artigo 49 da Lei Complementar 123/06, não se aplica o disposto nos seus artigos 47 e 48, quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, sendo assim, caso não haja no mínimo 3 (três) empresas para disputa que se enquadrem como ME, EPP ou MEI, será aberta a competição para ampla disputa entre todos licitantes presentes, sem prejuízo dos benefícios previstos nos artigos 42 à 49 da referida Lei complementar.

### 3. – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:





"Fundada em 15 de agosto de 1853"
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
Departamento de Licitações

3.1 - Os recursos necessários para fazer frente às despesas da referida contratação, onerarão a seguinte dotação para o ano de 2022 e vindouro: 2022:

| Secretaria             | Orgão/Unidade<br>Orçamentária | Cod. Classificação | Natureza<br>Despesa | Fonte | Cod.<br>Aplicaçao | Valor      | Ficha |
|------------------------|-------------------------------|--------------------|---------------------|-------|-------------------|------------|-------|
| Agricultura            | 02.30.01                      | 20.122,0006-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 8.982,58   | 446   |
| Mobilidade Urbana      | 02.27.01                      | 15.122.0010-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 55.519,45  | 378   |
| Esportes               | 02.32.01                      | 27.812.0007-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 4.527,18   | 482   |
| Governo                | 02.23.01                      | 04.122.0002-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 56.465,65  | 288   |
| Saúde                  | 02.13.01                      | 10.301.0004-2011   | 3390.3028           | 1     | 301.0000          | 99.651,74  | 175   |
| Adm. Regionais         | 02.33.01                      | 04.122.0002-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 7.971,99   | 500   |
| Meio Ambiente          | 02.17.01                      | 18.541.0008-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 45.979,48  | 261   |
| Prot.e Dir.dos Animais | 02.34.01                      | 04.122.0004-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 5.861,15   | 513   |
| Assistência            | 02.26.03                      | 08.122.0005-2002   | 3390.3028           | 1     | 510.0000          | 1.479,90   | 356   |
| Cultura                | 02.31.01                      | 13.392.0009-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 2.936,25   | 460   |
| Desenvolvimento Econ.  | 02.29.01                      | 23.691.0006-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 224,35     | 433   |
| Fundamental            | 02.08.03                      | 12.361.0003-2004   | 3390.3028           | 1     | 220.0000          | 212.987,36 | 61    |
| Pré-escola             | 02.08.10                      | 12.365.0003-2009   | 3390.3028           | 1     | 213.0000          | 76.815,11  | 130   |
| Creche                 | 02.08.10                      | 12.365.0003-2009   | 3390.3028           | 1     | 212.0000          | 59.357,13  | 119   |
| Gabinete               | 02.02.01                      | 04.122.0002-2001   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 2.584,04   | 6     |

#### 2023:

| Secretaria             | Orgão/Unidade<br>Orçamentária | Cod. Classificação | Natureza<br>Despesa | Fonte | Cod.<br>Aplicaçao | Valor     |
|------------------------|-------------------------------|--------------------|---------------------|-------|-------------------|-----------|
| Agricultura            | 02.30.01                      | 20.122,0006-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 2.994,19  |
| Mobilidade Urbana      | 02.27.01                      | 15.122.0010-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 18.506,48 |
| Esportes               | 02.32.01                      | 27.812.0007-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 1.509,06  |
| Governo                | 02.23.01                      | 04.122.0002-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 18.821,88 |
| Saúde                  | 02.13.01                      | 10.301.0004-2011   | 3390.3028           | 1     | 301.0000          | 33.217,24 |
| Adm. Regionais         | 02.33.01                      | 04.122.0002-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 2.657,33  |
| Meio Ambiente          | 02.17.01                      | 18.541.0008-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 15.326,49 |
| Prot.e Dir.dos Animais | 02.34.01                      | 04.122.0004-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 1.953,71  |
| Assistência            | 02.26.03                      | 08.122.0005-2002   | 3390.3028           | 1     | 510.0000          | 493,30    |
| Cultura                | 02.31.01                      | 13.392.0009-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 978,75    |
| Desenvolvimento Econ.  | 02.29.01                      | 23.691.0006-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 74,78     |
| Fundamental            | 02.08.03                      | 12.361.0003-2004   | 3390.3028           | 1     | 220.0000          | 70.995,78 |
| Pré-escola             | 02.08.10                      | 12.365.0003-2009   | 3390.3028           | 1     | 213.0000          | 25.605,03 |
| Creche                 | 02.08.10                      | 12.365.0003-2009   | 3390.3028           | 1     | 212.0000          | 19.785,71 |
| Gabinete               | 02.02.01                      | 04.122.0002-2001   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 861,34    |

3.2 - O cronograma de desembolso máximo estimado para o ano 2022 e vindouro é de R\$ 855.124,55 (oitocentos e cinquenta e cinco mil, cento e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

#### 4. – DA IMPUGNAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

4.1 - A impugnação e formalização de consultas deverão ser realizadas por meio





"Fundada em 15 de agosto de 1853"

### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema <u>www.bllcompras.org.br</u>.

- 4.2 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 4.2.1 Decai do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o interessado que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.
- 4.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 4.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 4.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 4.5.1 Decai do direito de solicitar esclarecimentos dos termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer antes do terceiro dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.
- 4.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 4.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 4.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 4.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 4.9 No caso da impugnação ou do recurso serem julgados infundados, protelatórios ou não condizentes com a boa-fé, será instaurado procedimento administrativo para apurar eventual infringência aos art. 4º da Lei n. 8.666/93, com ulteriores providências cabíveis, caso estejam demonstradas as ocorrências referidas, mediante contraditório e ampla defesa, sem prejuízo da reparação integral do dano (art. 5º da Lei n. 13.105/15, o Código de Processo Civil, e art. 2º, parágrafo único, inciso IV, e 4º, da Lei n. 9.784/99, o Processo Administrativo Federal, e art. 187 e 927 do Código Civil).
- 4.9.1 Na hipótese de estarem presentes os indícios de prática do crime do art. 337-J Código Penal, cópia dos autos serão encaminhados à autoridade policial para instauração de inquérito policial (art. 5°, § 3°, do Decreto-lei n. 3.689/41, o Código de Processo Penal).
- 4.10 Considera-se infundada, protelatória ou não condizente com a boa-fé a impugnação ou recurso que impeça ou perturbe a realização normal do procedimento licitatório, com alegações contrárias à disposição de lei e pretensão contrária ao Edital (exceto se for ilegalidade do ponto combatido), sendo o ônus da prova do impugnante, tendo em vista que os atos administrativos se presumem legais e gozam de fé pública.
- 4.11 Toda pessoa tem direito de representação perante o Tribunal de Contas, nos



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

termos do art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/93. Mas, sempre que ela for julgada improcedente pelo órgão de controle, e neste caso, em virtude da interposição, causar prejuízo à Administração Pública pela paralisação de suas atribuições constitucionais, a pessoa responsável incorrerá no mesmo procedimento do item 4.9, sem prejuízo do dever de reparar o dano, como medida de combate à leviandade da conduta (art. 186 do Código Civil).

#### 5. – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, mesmo as que não se enquadram como ME, EPP ou MEI.
- 5.2 Licitação Diferenciada com previsão de exclusiva competição entre ME e EPP, inclusive MEI, nos termos do Art. 48, inciso I e III, da Lei Complementar 123/06, para os itens da cláusula 2.3.2, uma vez que individualmente não ultrapassam R\$ 80.000,00 (oitenta mil).
- 5.2.1 Nos termos do artigo 49 da Lei Complementar 123/06, não se aplica o disposto nos seus artigos 47 e 48, quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, sendo assim, será aberta a competição para ampla disputa entre todos licitantes presentes, sem prejuízo dos benefícios previstos nos artigos 42 à 49 da referida Lei complementar.
- 5.2.2 Caso os itens da cláusula 2.3.2 não tenham no mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, será aberta a competição para ampla disputa entre todos licitantes presentes.
- 5.3 Não Será permitida a participação de empresas:
- 5.3.1 Estrangeiras que não funcionem no país;
- 5.3.2 Reunidas sob forma de consórcio, qualquer que seja a sua constituição, uma vez que no objeto pretendido não há de ser considerado de alta complexidade ou grande vulto;
- 5.3.3 Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta Administração nos termos do inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores:
- 5.3.4 Impedidas de licitar e contratar nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02;
- 5.3.5 Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10º da Lei nº 9.605/98;
- 5.3.6 Isoladamente ou em consórcio, sejam responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos ou subcontratados;
- 5.3.7 Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.
- 5.3.8 Sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 5.4 O licitante deverá estar credenciado, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.





"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

- 5.5 O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema, de acordo com o artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.
- 5.6 O MUNICÍPIO DE JAHU está isento de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema www.bll.org.br, ficando a cargo do(a) licitante vencedor(a) do certame os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, nos percentuais compatíveis com o objeto licitado neste edital de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/BLL Bolsa de Licitações e Leilões) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

#### 6. - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 6.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- 6.1.1 Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;
- 6.1.2 Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- 6.1.3 Abrir as propostas de preços;
- 6.1.4 Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 6.1.5 Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 6.1.6 Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- 6.1.7 Verificar a habilitação do proponente;
- 6.1.8 Declarar o vencedor;
- 6.1.9 Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;
- 6.1.10 Elaborar a ata da sessão;
- 6.1.11 Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.
- 6.1.12 Realizar, de forma facultativa, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer com a complementar a instrução do processo.
- 6.2 O pregoeiro poderá suspender e retomar os trabalhos, por conveniência na execução do pregão (art. 43, parágrafo 3º, Lei 8.666/93).
- 6.3 São deveres dos participantes exporem os fatos conforme a verdade, proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé, não agir de modo temerário, prestar as informações que lhe forem ordenadas, sobretudo de ordem técnica e mercadológica, e colaborar com tudo o quanto for necessário para o bom desenvolvimento dos trabalhos (art. 4º da Lei 9.784/99).
- 6.4 O ônus da prova em relação aos fatos alegados como seu direito compete ao administrado (art. 36 da Lei 9.784/99).
- 6.5 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

#### 7. – DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BLL

7.1 – A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual por meio de seu operador designado indicará implícito conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no



"Fundada em 15 de agosto de 1853"
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
Departamento de Licitações

#### Edital.

- 7.2 O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 7.3 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL Bolsa de Licitações e Leilões.
- 7.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.5 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 7.6 Aceitação tácita. O credenciamento implica na aceitação, pelo licitante, de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o licitante a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo a participação, quando for o caso.

#### 8. – PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS

- 8.1 A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.
- 8.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 8.3 É vedado ao fornecedor identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.
- 8.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 8.5 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou através da Bolsa de Licitações e Leilões pelo e-mail contato@bll.org.br.

## 9. – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.





"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

- 9.2 O envio da proposta descrita no item 9.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 9.3 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando-se também para a data e horário para início da disputa.
- 9.4 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 9.5 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 9.6 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- 9.7 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 9.8 O licitante deverá constar em sua proposta, a marca e modelo do produto ou a procedência de forma clara e sem abreviatura, sob pena de desclassificação do item.
- 9.9 A cotação de duas marcas, dois modelos ou duas procedências para o mesmo item ou opcional de modelos, marcas ou procedências, gerará a desclassificação do item.
- 9.10 As Empresas participantes do certamente poderão apresentar previamente no sistema da BLL seus documentos de habilitação, porém as empresas vencedoras do certame, DEVERÃO ENCAMINHAR A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ATRAVÉS DO E-MAIL <a href="mailto:pregaoeletronico@jau.sp.gov.br">pregaoeletronico@jau.sp.gov.br</a>, EM ATÉ 02 (DUAS) HORAS, APÓS ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES.
- 9.10.1 Caso a empresa já tenha apresentado previamente sua documentação de habilitação via sistema da BLL, estará dispensada do envio através do e-mail.
- 9.10.2 As empresas que NÃO APRESENTAREM previamente seus documentos de habilitação na plataforma da BLL, não serão inabilitadas, podendo enviá-los ao Pregoeiro por e-mail EM ATÉ 02 (DUAS) HORAS, APÓS ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES.
- 9.10.3 Caso a empresa opte por apresentar sua habilitação previamente no sistema da BLL, no caso de faltar algum documento da habilitação, poderá complementar com documentos adicionais. através do e-mail pregaoeletronico@jau.sp.gov.br **APÓS** ΕM ATÈ 02 (DUAS) HORAS, ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES.
- 9.11 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte vencedoras do certame, deverão encaminhar a documentação de habilitação, via sistema antecipadamente ou através do e-mail <u>pregaoeletronico@jau.sp.gov.br</u>, em até 02 (duas) horas, após encerramento da etapa de lances, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006, conforme condições apresentadas no item 9.10.
- 9.12 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

- 10.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 10.1.1 Valor do item;
- 10.1.2 Indicação da marca ou fabricante do item cotado, e modelo, quando houver, para que seja possível identificar se a descrição apresentada pela proposta é compatível com a exigida no edital.
- 10.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Detentora da Ata.
- 10.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 10.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 10.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 10.6 A proposta deverá ser apresentada exclusivamente na expressão monetária vigente no País (art. 5°, Lei 8.666/93).
- 10.7 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 10.8 Os itens cotados devem estar em conformidade com as normas técnicas a eles incidentes.

## 11. – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 11.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 11.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 11.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 11.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 11.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 11.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 11.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 11.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.
- 11.6 A APLICAÇÃO DO VALOR DE REDUÇÃO <u>MÍNIMA</u> ENTRE OS LANCES SERÁ LIVRE.
- 11.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 11.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele





"Fundada em 15 de agosto de 1853"

## SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

ofertado e registrado pelo sistema.

- 11.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será livre.
- 11.10 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 11.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "sistema aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 11.12 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 11.13 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 11.14 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 11.15 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 11.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 11.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 11.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 11.20 O Critério de julgamento adotado será o menor preço.
- 11.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 11.22 No caso de item da Cota Reservada restar deserto ou fracassado<sup>1</sup>, seu quantitativo será incorporado ao da Cota Principal. Assim, na mesma sessão, essa somatória que corresponderá à integridade do objeto, será aberta tão somente ao licitante vencedor da Cota Principal correspondente, ou diante da sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.
- 11.23 No caso da mesma empresa<sup>2</sup> ser vencedora da Cota Principal e da Cota

Artigo nº 8 §2º do Decreto Federal nº 8.538/2015 - "O instrumento convocatório deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado."

Artigo nº 8 \$3º do Decreto Federal nº 8.538/2015 - "Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço"



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

Reservada para o mesmo item prevalecerá o menor preço ofertado, devendo a Licitante Vencedora proceder à adequação de sua proposta na resposta à contraproposta e na proposta escrita a ser encaminhada.

- 11.24 Quando duas empresas distintas forem vencedoras do mesmo item, sendo eles Cota Principal e Cota Reservada, quando da adjudicação, serão esgotados os itens da Cota Reserva para então posteriormente serem adquiridos àqueles registrados referentes à Cota Principal.
- 11.25 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 11.26 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 11.27 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 11.28 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 11.29 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 11.30 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 11.31 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 11.31.1 no país;
- 11.31.2 por empresas brasileiras;
- 11.31.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 11.31.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 11.32 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.





"Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

- 11.33 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 11.34 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.35 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 11.36 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, via sistema ou através do e-mail <u>pregaoeletronico@jau.sp.gov.br</u>, sob pena de desclassificação no caso do não envio. Este prazo poderá ser prorrogação por igual período a critério do pregoeiro.

#### 12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.
- 12.1.1— A aquisição dos produtos será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas.
- 12.2 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, <u>devendo apresentar as provas ou os</u> indícios que fundamentam a suspeita.
- 12.3 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 12.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, contadas da solicitação, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.5 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 12.5.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 12.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico,



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

- 12.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 12.9- No que se refere a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 12.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

#### 13. – DA HABILITAÇÃO

- 13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 13.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 13.1.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 13.1.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 13.2 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via email, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 13.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 13.4 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 13.5. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO pertinentes ao ramo do objeto do PREGÃO são os seguintes (art. 27 da Lei 8.666/93):

#### 13.5.1 – Para Habilitação Jurídica:

13.5.1.1 – Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária).



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

- 13.5.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária.
- 13.5.1.3 Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando—se de sociedade empresária.
- 13.5.1.4 Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- 13.5.1.5 Decreto de autorização, tratando—se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 13.5.2 – Para Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 13.5.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- 13.5.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- 13.5.2.3 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.
- 13.5.2.4 Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.
- 13.5.2.5 Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças, da sede da empresa.
- 13.5.2.6 Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 13.5.2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011
- 13.5.2.8 Declaração com os dados do representante legal para assinatura do contrato/ata para cadastro na plataforma eletrônica, conforme modelo Anexo III.

#### <u>13.5.3 – Para Qualificação Econômico-Financeira:</u>

- 13.5.3.1 Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 13.5.3.2 Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 13.5.3.3 Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

#### 13.5.4 – Para Qualificação Técnica:

13.5.4.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado(s) ou certidão(ões), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, consoante o art.30, II, §4º da Lei Federal n.8.666/93, devendo o licitante comprovar fornecimento mínimo



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

de 50% (cinquenta por cento) do total dos itens em que o licitante for vencedor, sendo admitida a soma de mais de mais de um atestado para comprovação do mínimo exigido, nos termos da SÚMULA 24 TCE-SP.

#### 13.5.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES:

- 13.5.5.1 Os proponentes deverão apresentar declaração em papel timbrado, e/ou com carimbo da empresa, firmada pelo responsável legal, com indicação do nome, cargo e N° do documento de identidade, atestando, sob as penalidades cabíveis, a aceitação dos termos nela presentes, conforme Modelo Anexo II (itens a-g).
- 13.6 As microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 42, LC 123/06).
- 13.7 Caso haja alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação do Pregão (art. 4º, §2º, I, do Decreto Federal 8.538/2015), prorrogáveis por igual período, a critério desta Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 13.8 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/02.
- 13.9 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 13.10 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 13.11 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

#### 14 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 14.1 A proposta final do licitante declarado vencedor (anexo VI) juntamente com os CATÁLOGOS OU FICHAS TÉCNICAS DOS PRODUTOS (SE SOLICITADOS), deverão ser encaminhados no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico ou através endereço eletrônico licitacao@jau.sp.gov.br e deverá:
- 14.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 14.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 14.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.





"Fundada em 15 de agosto de 1853"

## SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

- 14.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 14.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 14.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 14.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 14.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 14.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

#### 15 - DOS RECURSOS

- 15.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido, exclusivamente via plataforma BLL, o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 15.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 15.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 15.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 15.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

#### 16. – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 16.1 Em caso de recurso, caberá Autoridade Competente a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.
- 16.2 Nos demais casos, o Pregoeiro fará a adjudicação do item ao licitante vencedor.
- 16.3 A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a



"Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

abertura do procedimento.

#### 17. – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÕES

- 17.1 As contratações decorrentes desta licitação serão formalizadas mediante a **EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO**, após a assinatura da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja respectiva minuta constitui o **Anexo IV** do presente ato convocatório com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições que serão observadas nas futuras contratações.
- 17.2 Se, por ocasião da formalização da Ata, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Receita Federal Previdenciária e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) Fazenda Nacional e o Ministério do Trabalho, estiverem com os prazos de validade vencidos, a administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 17.3 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 17.2, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a aquisição não se realizar.
- 17.4 Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados para habilitação, se solicitados, deverão ser relacionados e apresentados na Secretaria de Economia e Finanças Departamento de Licitações e Compras, desta Prefeitura, localizada na Rua Paissandu, nº 444, Centro, Jahu-SP, CEP nº 17.201-900, das 08h às 17h, em até 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.
- 17.4.1 Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.
- 17.4.2 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 17.5 A adjudicatária deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao Departamento de Licitações e Compras, na Rua Paissandu nº 444 Jahu/SP, para assinar a referida Ata de Registro de Preço.
- 17.6 Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o item 17.2, ou se recusar a assinar a ata de registro, serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 17.7 A vigência da ata será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo.
- 17.8 A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

17.9 – O Gestor da Ata de Registro de Preços será o Sr. PAULO GABRIEL COSTA IVO, SECRETÁRIO DE GOVERNO, portador do CPF nº 362.238.288-02, e-mail pauloivo@jau.sp.gov.br, telefone 14-3602-1802.

17.10 – A Fiscal da Ata de Registro de Preços será a servidora MICHELLE PICCIN, Técnica Segurança do Trabalho, portador do CPF nº 224.747.918-92, e-mail segurança.pmj@jau.sp.gov.br, telefone 14-3626-8046.

#### 18 – DA GARANTIA CONTRATUAL:

18.1 – Não será exigida a prestação de garantia para a transação comercial resultante desta licitação.

#### 19. – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

19.1 – As hipóteses desta Cláusula serão definidas na Ata de Registro de Preços, conforme disposto no artigo 40, § 2°, III da Lei 8.666/93.

#### 20. - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:

20.1 – As hipóteses desta Cláusula serão definidas na Ata de Registro de Preços, conforme disposto no artigo 40, § 2°, III da Lei 8.666/93.

#### 21. – DO RECEBIMENTO DO PRODUTO:

21.1 – As hipóteses desta Cláusula serão definidas na Ata de Registro de Preços, conforme disposto no artigo 40, § 2°, III da Lei 8.666/93.

#### 22. - DO PAGAMENTO:

22.1 – As hipóteses desta Cláusula serão definidas na Ata de Registro de Preços, conforme disposto no artigo 40, § 2°, III da Lei 8.666/93.

#### 23. – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 23.1 Não haverá reajuste durante a vigência da ata de registro de preços, sendo que será possível apenas o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no Art. 65, I, d, da Lei 8.666/93.
- 23.2 Durante a vigência da Ata, os preços praticados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, promover as necessárias negociações junto aos detentores da ata.
- 23.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- 23.3.1 Convocar o Detentor da Ata visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.
- 23.3.2 Frustrada a negociação, o Detentor da Ata será liberado do compromisso assumido.
- 23.3.3 Convocar os demais licitantes que tiveram preços registrados, visando igual oportunidade de negociação.
- 23.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados, o Detentor da Ata, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

compromisso, a Administração poderá:

- 23.4.1 Convocar os demais Detentores da Ata visando igual oportunidade de negociação.
- 23.5 Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 23.6 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo Departamento de Licitações e Compras para alteração, por aditamento, do preço da Ata.
- 23.7 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

#### 24. – RESCISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 24.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como pelo motivos previstos no artigo 13 do Decreto Municipal nº 5.866, de 11 de maio de 2009.
- 24.2 A DETENTORA DA ATA reconhece deste já os direitos do MUNICÍPIO DE JAHU nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da lei Federal nº 8666/1993 e artigo 13 do Decreto Municipal nº 5.866, de 11 de maio de 2009.

#### 25. – DEFINIÇÕES E VINCULAÇÕES

- 25.1 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os quantitativos, preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.
- 25.2 ORGÃO GERENCIADOR: Secretaria de Governo responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele procedente.
- 25.3 ORGÃO PARTICIPANTE: Órgão ou entidade da administração municipal que participou da fase preparatória do procedimento licitatório precedente ao Registro de Preços.
- 25.4 DETENTOR DA ATA: Licitante vencedor do certame, no item.

#### 26. – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 26.1 Sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, a licitante responsabilizada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:
- 26.1.1 Impedida de licitar e contratar: Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município de Jahu, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.





"Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

- 26.1.2 Multas: A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas na ata de registro, garantido o exercício de prévia e ampla defesa;
- 26.1.3 Autonomia: As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra;
- 26.1.4 Descontos: O detentor da ata poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou na ata de registro.

#### 27. - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 27.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 27.2.- A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 27.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 27.4.- Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no artigo 13 do Decreto Municipal nº 5.866/2009.

#### 28. - DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 28.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 28.2 O resultado do presente certame e demais atos pertinentes e passíveis de divulgação, serão publicados nos mesmos veículos utilizados originalmente.
- 28.3 A Detentora da Ata deverá, em até 3 (três) dias corridos, caso solicitado pelo Departamento de Licitações, encaminhar por ofício em papel timbrado a mesma planilha de preço unitário readequada com os valores após lance.
- 28.4 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro(a).
- 28.5 Integram o presente Edital os Anexos de I a VII.

#### 29. - DO FORO

29.1 - Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de Jahu–SP, como o competente para dirimir as questões controversas advindas do cumprimento da presente licitação.

Jahu, 01 de junho de 2022.

FELIPE SLIKTA PADILHA SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

PAULO GABRIEL COSTA IVO SECRETÁRIO DE GOVERNO



"Fundada em 15 de agosto de 1853"
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
Departamento de Licitações

#### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - OBJETO

- 1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EPI, entregues de forma parcelada de acordo com a necessidade do Município, pelo período de 12 (doze) meses.
- **1.2** Para aquisição dos itens, os mesmos estão relacionados em tabela única, mencionando cada produto, quantidades unitárias, descrição e total geral, cuja referida tabela consta no ANEXO .

#### 2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

**2.1** – A utilização do Sistema de Registro de Preços será adotada nos termos do artigo 2º, inciso II do Decreto Municipal nº5866 de 11 de Maio de 2009, que rege:

"II – quando for mais conveniente à aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços à Administração para o desempenho de suas atribuições;"

- 2.2 A adoção do Sistema de Registro de Preços é mais conveniente para o Município, propiciando mecanismos para uma melhor gestão. Vislumbram-se características que justificam o seu uso, como a divisibilidade do objeto, a necessidade de contratação freqüente, a não obrigatoriedade na contratação. Se fosse utilizada mera aquisição, mesmo que parcelada, o Município se assumiria a obrigatoriedade de adquirir o quantitativo estimado. Visando a economicidade e eficiência, é justificada a utilização do Sistema de Registro de Preços nesta situação.
- **2.3** O Município não se obriga a adquirir os referidos insumos em sua totalidade, uma vez ser passível de alteração as necessidades.
- **2.4** A realização de processo de licitação para o registro de preços para futura aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público presente na utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para a prevenção aos acidentes de trabalho, a fim de garantir a segurança e a saúde dos servidores públicos, assim evitando prejuízos futuros através de processo judiciais.
- 2.5 Como se refere NR-6 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EPI. Item 6.3 que segue abaixo:
  - 6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:
  - a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho; (C=206.002-7/I-4)
  - b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e, (C=206.003-5/I=4)
    - c) para atender a situação de emergência. (C=206.004-3/I=4)
- **2.6** Para tanto reitera-se a importância da aquisição do Equipamento de Proteção Individual EPI, para se evitar danos à integridade física e a saúde do trabalhador e





"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

prejuízos ao Município.

**2.8** – O levantamento dos quantitativos das necessidades de uniformes e EPIs foram feito por cada secretaria, sendo das mesmas a responsabilidade das informações prestadas.

#### 3 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- **3.1** Os Equipamentos de Proteção Individual fornecidos deverão estar de acordo com as normas da NR 6 de EPI vigente, e portarem numero do Certificado de Aprovação CA, expedido pelo órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, no ato da entrega.
- **3.2** O fornecedor está sujeito à fiscalização do produto no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do responsável, o direito de não receber o produto, caso o mesmo não se encontre em conformidade com a descrição e Certificados de Aprovação e datas de validade.
- **3.3** Para todos os produtos, considerar que a unidade e a qualidade são prérequisitos para o recebimento.
- **3.4** Caso o fornecedor tenha a necessidade de trocar o produto apresentado inicialmente, o mesmo deve solicitar no protocolo, por escrito, a solicitação da troca, o motivo, descrição e Certificado de Aprovação, ao departamento de Segurança do Trabalho, para que o item seja avaliado, porem não sendo obrigados a aceitarem o novo produto.

#### 4 – VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

- **4.1** O valor estimado para a contratação dos serviços será deliberado no momento oportuno, conforme critério estabelecido pelo Departamento de Licitação e Compras mediante cotação a ser realizada por ocasião do acolhimento do pedido.
- **4.2** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (Vinte e Cinco por cento) do valor do contrato.

#### 5- DO FORNECIMENTO, DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- **5.1** As entregas serão parceladas de acordo com as necessidades do Departamento de Segurança do Trabalho.
- **5.2** A previsão para os 12 meses é de 04 entregas, sendo a primeira entrega do quantitativo de 25%, realizada até 15 dias após assinada a ATA.
- **5.3** O objeto deverá ser entregue pelo Licitante vencedor no Almoxarifado Central, localizado à **Rua Jorge Marcelino nº. 51, Vila Santo Ivo CEP 17.213-120**, de segunda-feira a sexta-feira das 08:00 as 16:00 horas, após pedido feitos através de PD-AF, no prazo máximo de:
- 30 dias corridos para Equipamentos de Proteção Individual EPIs;
- **5.4** O transporte e a descarga dos produtos nos locais designados correrão por conta exclusivas das empresas vencedoras, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.
- **5.5** Constatadas irregularidades no objeto, o Departamento de Segurança do Trabalho, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:
- **5.5.1** Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Anexo, determinando sua substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da notificação por escrito pelo fornecedor, mantido o preço inicialmente contratado, sem a adição de qualquer ônus à municipalidade.



"Fundada em 15 de agosto de 1853"
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
Departamento de Licitações

- **5.6** O recebimento provisório ou definitivo não exime o Fornecedor de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade dos produtos entregues.
- **5.7** Fica reservado a esta Administração, em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade do produto ofertado. Para tanto, o produto será submetido a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que o produto considerado insatisfatório em qualquer das análises será automaticamente recusado, devendo ser imediatamente substituído.
- **5.8** Se algum produto apresentar irregularidade, a Prefeitura o enviará a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o produto se identifica ou não com aquele exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa a ser contratada. A Prefeitura o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade do produto fornecido diferente daquelas especificadas por ocasião da assinatura da ata, cujas características contrariem as definidas neste Termo, produtos estes alterados e / ou adulterados.
- **5.9-** O recebimento será efetivado nos seguintes termos:
- **PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação do produto ofertado com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação pelo Setor Competente.
- **5.10** A empresa vencedora do certame obriga-se a fornecer o objeto, a que se refere este Termo de Referência, de acordo estritamente com as especificações aqui descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações.
- **5.11** Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da empresa a ser contratada para efetuar a substituição do mesmo.
- **5.12** Deverão ser atendidas pela empresa a ser contratada além das determinações da fiscalização desta Prefeitura, todas as prescrições que por circunstância da lei devam ser acatadas.
- **5.13** A empresa contratada deverá, no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste certame, OBEDECER rigorosamente todas as disposições legais pertinentes. No tocante aos produtos descriminados neste Certame, fica expressamente definido que os mesmos deverão ser de primeira qualidade.

#### 6- OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- **6.1** O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- **6.2** Comunicar à unidade requisitante, por escrito e no prazo de 24h (vinte e quatro horas), eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes neste Edital.
- **6.3** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota





"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

fiscal, na qual constarão as indicações referentes a (conforme previsto no Edital): marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

- **6.4** Responsabilizar-se por vícios danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código do Consumidor (Lei 8.078 de 1990).
- **6.5** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- **6.6** Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias ao fornecimento dos objetos registrados e pagar os emolumentos prescritos em lei.
- **6.7** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas.
- **6.8** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Fornecedor ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- **6.9** Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades.
- **6.10** Não será permitido ao pessoal do Fornecedor o acesso à área do edifício que não aquelas relacionadas ao seu trabalho.
- **6.11** Organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas.
- **6.12** Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, produtos que não atenda(m) as especificações contidas no Termo de Referência.
- **6.13** O Fornecedor obriga-se a manter, as obrigações por ela assumidas, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **6.15** Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata.

### 7- OBRIGAÇÕES DO MUNICIPIO

- 7.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- **7.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- **7.3** Comunicar a empresa vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- **7.4** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de Comissão/Fiscal (servidor devidamente designado).
- **7.5** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- **7.6** A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (Cento e Oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.
- 7.7 Emitir Autorização de Fornecimento AF
- 7.8 Realizar pagamentos conforme edital.



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

## SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

#### 8- DA FORMA DE PAGAMENTO

- **8.1** O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias contados da emissão da Nota fiscal devidamente vistada por um agente da unidade requisitante, juntamente com o Atestado de Recebimento, emitido pelo Almoxarifado Central, sob pena do não pagamento.
- **8.2** O Fornecedor deverá emitir uma nota fiscal (devendo observar o disposto na CAT 162 (nota fiscal eletrônica), da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo), onde conste as descrições dos materiais de acordo com o Anexo I do presente Edital, número da licitação, bem como a modalidade, o número do Empenho ou da Autorização de Fornecimento.
- 8.3 Na contagem do prazo de pagamento, serão considerados dias corridos.
- **8.4** Caso ocorra qualquer irregularidade na Nota Fiscal, será imediatamente solicitada, a licitante vencedora, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a este Município, no prazo de 03 (três) dias úteis.
- **8.5** Em caso de irregularidades na emissão de documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação.
- **8.6** O Município de Jahu não aceita Boletos Bancários como forma de cobrança de aquisições prestadas a esta Administração Municipal.

#### 9- DA VALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

**9.1** - A validade dos Equipamento de Segurança Individual, objeto deste certame deverá ser de no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega e de acordo com os respectivos Certificados de Aprovação.

#### 10 - GARANTIA

**10.1** - O fornecedor garantirá a qualidade do (s) item (s) registrado (s) pelo período de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega ao Município, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou por indicação nas condições especificas do objeto. Ao (s) item(ns) registrado (s) que não constar a validade atestada pelo produtor, o fornecedor garantirá sua qualidade, no mínimo, pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do (s) produto (s).

#### 11- LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SEREM SOLICITADOS

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- **b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou da sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- **c.1)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal.





"Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

- c.2) Certidão de Regularidade de ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços expedida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede do licitante ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 03, de 13/08/2010 ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei.
- **c.3)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças, da sede da empresa.
- d) Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social INSS, mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN -Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa.
- **e)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tratando-se de pessoa jurídica, por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS.
- f) Prova de regularidade perante o Ministério do Trabalho através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, alterado pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- As certidões requeridas nas alíneas "c.1" e "d" poderão ser apresentadas unificadas, conforme previsto da Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014.
- **g)** Certidão negativa de falência, expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- h) Certidão negativa de recuperação judicial, expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou certidão positiva de recuperação judicial, acompanhada do plano de recuperação judicial já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar a viabilidade econômica financeira da interessada.
- **11.1** O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverão ser apresentados em papel timbrado do emitente, no original ou cópia reprográfica autenticada, devidamente datados e assinados por autoridade ou representante de quem expediu, com identificação do subscritor e cargo.
- 11.2 Não serão aceitas notas fiscais em substituição aos atestados ou certidões.
- **11.3** O Pregoeiro poderá verificar a eventual existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- **a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<a href="https://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis">www.portaldatransparencia.gov.br/ceis</a>).
- b) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- **c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php).
- **11.4** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei 8.429 de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 11.5 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado,



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

## SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

por falta de condição de participação.

#### 12- DAS SANÇÕES

- **12.1** O não cumprimento do disposto no Capítulo DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR e NO TERMO DE REFERÊNCIA implicará na retenção dos valores devidos ao FORNECEDOR, referente ao serviço correspondente ao objeto contratado, sem prejuízo das outras sanções presentes no presente instrumento.
- **12.2** A inobservância de qualquer cláusula ou condição aqui avançadas sujeitará o FORNECEDOR à aplicação das seguintes penalidades:
- 12.2.1 Advertência por escrito.
- **12.2.2** Multa de 5% (cinco por cento) do valor do Ata/Contrato.
- 12.2.3 Pelo atraso injustificado no fornecimento do objeto da licitação:
- **12.2.3.1** Até 30 (trinta) dias, multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor da Ata/Contrato, por dia de atraso.
- **12.2.3.2** Superior a 30 (trinta) dias, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do Ata/Contrato, por dia de atraso.
- **12.2.4** Rescisão contratual, penalizando o infrator com multa de 10% (dez por cento) do valor da Ata, qualquer que seja a causa e a época da rescisão.
- **12.2.5** Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento ao infrator que incidir no item 13.2.3 desta cláusula, licitar com a Municipalidade local, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- **12.2.6** Ficará impedida de licitar e contratar com esta Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 13 de julho de 2002.
- **12.3** As multas pecuniárias deverão ser colocadas à disposição do órgão licitante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da data da ciência, por parte da empresa fornecedora, sob pena de inscrição como dívida ativa e execução judicial.
- **12.4** Ficará sujeito ainda, as sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.
- **12.5** A aplicação das penalidades descritas nos itens anteriores, deste Capítulo ficarão sob responsabilidade do Administrador Público, podendo aplicar a pena que entender cabível, considerando a gravidade da infração, não havendo necessidade de exaurir as penalidades mais leves para aplicar as mais graves.
- **12.6** As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa.
- **12.6.1** O montante da multa poderá, a critério do MUNICÍPIO DE JAHU, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos ao fornecedor.

### 13- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **13.1** O Município de Jahu se reserva ao direito de inspecionar os produtos quando da entrega, podendo recusá-las ou solicitar sua substituição, e ainda, se reserva ao direito de revogar, anular, adquirir no todo ou em parte, rejeitar todas as propostas, desde que justificadamente haja inconveniência administrativa para sua aquisição e por razões de interesse público.
- **13.2** Os produtos deverão estar de acordo com os termos das especificações do Termo de Referência.



# Presisture do Murácipio de Jahar

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

**13.3** - A licitante deverá ofertar produtos de primeira qualidade.

#### 14 - GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

**14.1- Fiscal do Contrato: Nome:** Michelle Piccin **CPF:** 224.747.918-92

Cargo: Técnico de Segurança do Trabalho I

E-mail: seguranca.pmj@jau.sp.gov.br

Telefone: (14) 3626-8046

14.2- Gestor do Contrato

Nome: Paulo Gabriel Costa Ivo

**CPF:** 362.238.288-02

Cargo: Secretário de Governo E-mail: <u>pauloivo@jau.sp.gov.br</u> Telefone: (14) 3602-1802

Jahu, 19 de novembro de 2021

Michelle Piccin
Assinatura Fiscal do Contrato

Paulo Gabriel Costa Ivo
Assinatura Gestor do Contrato



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

#### ANEXO I-A Especificações Mínimas

| ITEM | PRODUTO  | UNIDADE  | DESCRIÇÃO   | TOTAL |
|------|--|--|---|-------|
| 1    | BOTINA DE<br>SEGURANÇA<br>Sem biqueira<br>de aço | N° 33 – 02<br>Pares<br>N° 36 – 15<br>Pares<br>N° 37 – 30<br>Pares<br>N° 38 – 45<br>Pares<br>N° 39 – 59<br>Pares<br>N° 40 – 93<br>Pares<br>N° 41 – 96<br>Pares<br>N° 42 – 117<br>Pares<br>N° 43 – 58<br>Pares<br>N° 44 – 33<br>Pares      | Calçado ocupacional, tipo botina, confeccionado em vaqueta hidrofugada, fechamento por elástico na lateral, palmilha de montagem em não tecido ou couro, costurada pelo sistema strobel, palmilha interna removível anti bactérias, solado em poliuretano com bi densidade, injetado direto ao cabedal sem costura, com amortecedor de impacto no salto, resistente a óleo combustível e penetração de água. Aprovado para proteção dos pés contra riscos de natureza leve e agentes abrasivos e escoriantes. | 561   |
| 2    | TÊNIS DE<br>SEGURANÇA                            | N° 33 – 01 Pares N° 35 – 37 Pares N° 36 – 46 Pares N° 37 – 76 Pares N° 38 – 62 Pares N° 39 – 84 Pares N° 40 – 108 Pares N° 41 – 72 Pares N° 42 – 85 Pares N° 42 – 85 Pares N° 43 – 53 Pares N° 44 – 18 Pares N° 45 – 12 Pares N° 46 – 02 | Calçado ocupacional, tipo tênis, confeccionado em vaqueta hidrofugada, fechamento por cadarço, palmilha de montagem em não tecido ou couro, costurada pelo sistema strobel, palmilha interna removível anti bactérias, solado em poliuretano com bidensidade, injetado direto no cabedal, com amortecedor de impacto no salto, resistente a óleo combustível e penetração de água. Aprovado para proteção dos pés contra riscos de natureza leve e agentes abrasivos e escoriantes. Cor: Preto                | 656   |



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU "Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

|   |                              | Pares   |   |      |
|---|------------------------------|---|---|------|
| 3 | BOTA DE<br>BORRACHA<br>PRETA | N° 33 – 01 Pares N° 34 – 05 Pares N° 35 – 11 Pares N° 36 – 19 Pares N° 37 – 61 Pares N° 38 – 63 Pares N° 39 – 45 Pares N° 40 – 68 Pares N° 41 – 55 Pares N° 42 – 33 Pares N° 42 – 33 Pares N° 43 – 35 Pares N° 44 – 14 Pares N° 45 – 16 Pares | Bota confeccionada em PVC vulcanizada, cano médio, solado antiderrapante, interior forrado em nylon, na cor Preta.  | 426  |
| 4 | PROTETOR<br>SOLAR            | Unid.   | BLOQUEADOR SOLAR COM REPELENTE – FATOR DE PROTEÇÃO 30. Deve conter componentes que promovam barreiras física e química aos raios UV/UVB e possuir amplo espectro de ação repelente; deve dispor de filtro solar de amplo espectro, isto é, deve proteger da radiação UVA (320-400nm) e UVB (290-320nm); deve ser na forma de loção; possuir odor suave e agradável; não deve conter substâncias oleosas (tipo "oil-free"); deve utilizar substâncias que não provoquem alergias (tipo "hipoalergênico"); não deve obstruir os poros (tipo "não comedogênico"); com repelente não tóxico e seguro, com amplo espectro de ação; não deve provocar manchas na pele ou nas roupas. Frasco com 120 ml. | 4893 |
| 5 | LUVA VAQUETA                 | Pares   | Luva de segurança modelo 5 dedos confeccionados em 100% couro de vaqueta na cor natural — modelo petroleiro; com punho em elástico embutido, dorso normal, palma com reforço interno, acabamento com viés, costura com linha de nylon. Para proteção do usuário de  | 486  |



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

|    |  |  | agentes abrasivos, escoriantes,  |       |
|----|--|--|--|-------|
|    |  |  | cortante e perfurante.   |       |
| 6  | RESPIRADOR<br>PURIFICADOR DE<br>AR TIPO PEÇA<br>SEMIFACIAL<br>FILTRANTE PFF2 -<br>COM FBC1 | Unid.  | Respirador de ar de segurança tipo peça semifacial filtrante para partículas, com formato dobrável, nas laterais externas do respirador com duas presilhas, em material plástico, uma de cada lado, através das quais passam dois tirantes elásticos brancos entrelaçados nas presilhas, perfazendo quatro alças, duas na parte superior, para fixação da peça na altura da nuca e as outras duas na parte inferior, para fixação na altura do pescoço do usuário; uma tira de material metálico localizado na parte frontal superior da peça, para ajuste no septo nasal. O corpo do respirador com dispositivo azul dotado de uma válvula de exalação. Ideal para vias respiratórias do usuário contra poeiras, nevoas, fumos e vapores orgânicos. | 17455 |
| 7  | LUVA DE RASPA<br>20cm  | Pares  | Luva de raspa (couro) costurada<br>com linha de Nylon, com reforço<br>interno na palma e dedos. Indicado<br>para serviços médios e pesados.<br>Comprimento: 20 cm  | 252   |
| 8  | LUVAS<br>NITRÍLICAS 30 cm  | P - 48 Pares M - 352 Pares G - 683 Pares GG - 46 Pares             | Luvas Nitrílicas não forrada com<br>suporte têxtil, comprimento de 30<br>cm.   | 1129  |
| 9  | LUVA DE RASPA<br>30 cm   | Pares  | Luva de raspa (couro) costurada<br>com linha de Nylon, com reforço<br>interno na palma e dedos. Indicado<br>para serviços médios e pesados.<br>Comprimento: 30 cm  | 91    |
| 10 | LUVAS<br>NITRÍLICAS 46 cm  | P - 20 Pares M - 56 Pares G - 74 Pares GG - 50 Pares EG - 50 Pares | Luvas Nitrílicas não forrada com<br>suporte têxtil, comprimento de 46<br>cm.   | 250   |
| 11 | LUVAS DE LÁTEX   | P - 840  | Luvas de Látex durável e resistente,   | 8527  |



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU "Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

|    |   | Pares M - 3562 Pares G - 3871 Pares GG - 130 Pares XG - 124 Pares | 100% Natural, reforçada, cor<br>Amarela, forrada internamente,<br>aveludada com flocos de algodão,<br>palma antiderrapante, dispensa o<br>uso do talco   |     |
|----|---|---|--|-----|
| 12 | PROTETOR<br>AUDITIVO TIPO<br>CONCHA<br>NRRsf 21       | Unid.   | Protetor auditivo, do tipo concha NRRsf 21, constituído por duas conchas em plásticos, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e em seu interior, possui uma haste em plástico rígido almofadado e metal que mantém as conchas firmemente seladas contra a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas.  | 16  |
| 13 | PROTER<br>AUDITIVO TIPO<br>PLUG                       | Unid.   | Protetor auditivo, confeccionado em silicone grau farmacêutico, tipo inserção, composto de um eixo com três flanges, onde a primeira, a segunda e a terceira, são flanges maciças e cônicas, todas de dimensões variáveis, contendo um orifício no seu interior, protetor tamanho único, moldável a diferentes canais auditivos, com ou sem sensor, em cores variáveis, com cordão de polipropileno ou cordão de silicone.   | 76  |
| 14 | CAPACETE DE<br>SEGURANÇA<br>COM JUGULAR<br>Cor: Cinza | Unid.   | Capacete de Segurança tipo aba frontal Classe A, com jugular, injetado em Plástico com fenda nas laterais (Para acoplagem de acessórios); confeccionado na cor: Cinza.   | 13  |
| 15 | ÓCULOS DE<br>SEGURANÇA<br>Incolor                     | Unid.   | ÓCULOS DE PROTEÇÃO – Óculos de proteção com lentes em policarbonato com tratamento antiriscos. Abas laterais de proteção. Armação preta e hastes reguláveis. Cordão de segurança. Resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Que filtre 99,9% dos raios UVA e UVB. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor | 586 |



## "Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

|    | 1   | 1     | adente são do resta do usuário. Com   |     |
|----|---|-------|---|-----|
|    |   |       | adaptação ao rosto do usuário. Cor: Incolor (com antiembaçante).  |     |
| 16 | CAPACETE DE<br>SEGURANÇA<br>COM JUGULAR<br>Cor:Branco                       | Unid. | Capacete de Segurança tipo aba frontal Classe A, com jugular, injetado em Plástico com fenda nas laterais (Para acoplagem de acessórios); confeccionado na cor: Branco.   | 06  |
| 17 | ÓCULOS DE<br>SEGURANÇA<br>Cinza   | Unid. | Óculos de Proteção; destinado para manutenção em geral, com exposição a radiação solar; composto de armação, lentes e haste; com armação em policarbonato, com revestimento de espuma cinza; com haste em sistema deslizante para ajuste, com pontas cobertas de borracha macia; lente devera ser antiembaçante, resistente a risco e impacto; resistente a partículas volantes frontais, e luminosidade intensa frontal; com capacidade de absorver no mínimo 99.9% de radiação ultravioleta UV; o óculos devera proporcionar ampla visão; com lente na cor cinza; com cordão de segurança na cor preto; embalado individualmente em embalagem apropriada.     | 100 |
| 18 | FITA ZEBRADA<br>PARA<br>ISOLAMENTO  | Unid. | Fita Zebrada para Isolamento de<br>Área 7cm x 200m – Sem adesivo.<br>Para demarcação e sinalização de<br>espaço reservado ou danificado.<br>Zebrado em preto e amarelo.<br>Composição: Polietileno  | 70  |
| 19 | CINTO PARAQUEDISTA PARA ELETRICISTA COM TALABARTE SEM ABSORVEDOR DE IMPACTO | Unid. | Cinturão de segurança; confeccionado em poliamida de alta densidade, com reforço lombar e almofada nas coxas com tecidos retardante a chamas; do tipo paraquedista; segurança do usuário em trabalhos em altura e com eletricidade; com 5 argolas em "D" com revestimento dielétrico; sendo peitoral, umbilical, dorsal e laterais; as fivelas na cintura e coxas são de engate rápido; equipado com porta ferramentas nas laterais; com três mosquetões com revestimentos dielétrico; devera acompanhar o cinturão um talabarte de segurança em forma de "Y" em poliamida; o talabarte devera ser dotado de 3 mosquetões com 110 mm de abertura; regulagem nos | 13  |



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU "Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

| 20 | LUVA Nitrilon<br>Coleta<br>Varrição de Vias | 08 - 776<br>Pares<br>09 - 818<br>Pares<br>10 - 752<br>Pares                                   | oval fechamento em rosca. Com talabarte <b>SEM</b> ABSORVEDO R DE IMPACTO  Luva flexível maleável para trabalho na coleta de lixo urbano; confeccionado em malha de algodão felpudo. Revestimento antiderrapante em látex natural na palma e dorso dos dedos, acabamento corrugado, punho e malha elástica, na cor verde.   | 2346  |
|----|---|---|---|---|
| 21 | MÁSCARA<br>RESPIRADOR<br>PFF – 2 N95        | Unid.   | Indicado para proteção das vias respiratórias e redução da exposição contra certos aerodispersoides em uma faixa de tamanho de partículas de 0,1 a 10 micra (diâmetro aerodinâmico médio) ou maiores, incluindo as geradas por eletrocautério, cirurgia a laser, e outros instrumentos médicos elétricos. Recomendado também para controle da exposição ocupacional à Tuberculose (TB).                 | 500   |
| 22 | LUVAS<br>PROCEDIMENTOS<br>A.D.I.            | P – 555<br>Unid.<br>de CAIXA<br>M – 1627<br>Unid. de<br>CAIXA<br>G – 753<br>Unid. de<br>CAIXA | Luvas em látex 100% natural, não estéril, ambidestras, resistentes, descartável, totalmente <u>isenta de pó</u> , desenvolvidas especialmente para profissionais que apresentam reações alérgicas, hipoalergênicas. Totalmente impermeável á água e a outros fluidos. Quantidade por caixa: 100 luvas.  | 2935<br>Unidades<br>de<br>CAIXA<br>com 100<br>luvas<br>cada |
| 23 | LUVA MALHA DE<br>AÇO Merenda                | Unid.   | Luvas de Segurança em malha de aço, cinco dedos com pulseira em aço; no tamanho grande; na cor aço, para proteção de usuário de procedimentos de cortes e desossa de carnes e outros produtos alimentícios; cano curto com punho aço; sem forro, fechado através de trava e fecho voltado para a palma da mão, confeccionado em aço na altura do punho; deverá resistir a cortes durante a manipulação. | 70  |
| 24 | LUVA VINIL<br>DESCARTAVEL<br>Merenda        | P – 70<br>Unid. de<br>Caixa   | Luva para procedimento, em resina vinilíca, borracha nitrifica, polietileno ou similar, livre de látex, com   | 215<br>Unidades<br>de Caixa                                 |



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

|    |   | M – 75<br>Unid. de<br>Caixa<br>G – 70<br>Unid. de<br>Caixa  | textura uniforme, sem falhas, boa flexibilidade e resistência; sem nenhum tipo de pó, nem os bioabsorvíveis; com alta sensibilidade tátil. Punho extra longo reforçado com bainha com acabamento no punho de formato anatômico, perfeita adaptação. | com 100<br>luvas<br>cada |
|----|---|---|---|--------------------------|
| 25 | BOTA DE<br>BORRACHA<br>BRANCA<br>Merenda    | N° 33 - 01 Pares N° 34 - 02 Pares N° 35 - 10 Pares N° 36 - 19 Pares N° 37 - 26 Pares N° 38 - 32 Pares N° 39 - 30 Pares N° 40 - 14 Pares N° 41 - 05 Pares N° 42 - 01 Pares N° 43 - 00 Pares N° 44 - 01 Pares                                 | Bota confeccionada em PVC vulcanizada, cano médio, solado antiderrapante, interior forrado em nylon, na cor branca.   | 141                      |
| 26 | SAPATO DE<br>SEGURANÇA<br>BRANCO<br>MERENDA | N° 33 – 02<br>Pares.<br>N° 34 – 06<br>Pares.<br>N° 35 – 28<br>Pares.<br>N° 36 – 32<br>Pares.<br>N° 37 – 68<br>Pares.<br>N° 38 – 74<br>Pares.<br>N° 39 – 44<br>Pares.<br>N° 40 – 20<br>Pares.<br>N° 41 – 06<br>Pares.<br>N° 44 – 02<br>Pares | Calçado de segurança tipo sapato; em microfibra. Com abertura lateral em elástico recoberto; com colarinho (tornozelo) acolchoado; com biqueira de proteção plástica; impermeável; flexível; leve e resistente ao deslizamento (antiderrapante)     | 282                      |
| 27 | TOUCA<br>DESCARTAVEL                        | Unid.   | Touca pra proteção capilar; do tipo rede; confeccionada em 100%   | 62040                    |





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU "Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

|    | (REDE) Merenda                         |                                     | poliamida; tamanho único (diâmetro 0,64cm variação máxima permitida 5% para maior ou menor); destinada para usuário do setor alimentício, frigorífico e manutenção; na cor preta.  |     |
|----|--|-------------------------------------|--|-----|
| 28 | LUVA TERMICA<br>Merenda                | Pares                               | Luva térmica de Cozinha; de algodão com tratamento em silicone; no tamanho único cano longo (45cm de comprimento); devendo resistir a temperaturas de no mínimo 200 graus. Com proteção térmica contra calor; forração removível, composta de fibra de poliéster e tecido de algodão com tratamento de silicone; costurada com linha de aramida, modelo de 2 dedos (tipo mão de gato), (Bec 4869591) | 286 |
| 29 | CINTO/<br>CINTURÃO<br>Seg. Patrimonial | G – 77<br>Unid.<br>GG – 10<br>Unid. | Cinto/Cinturão tático completo em nylon, com regulagem de tamanho em velcro com fivela de plástico (ou material assemelhado) de engate rápido e porta tonfa para destro.   | 87  |
| 30 | CORDÃO FIEL<br>Seg. Patrimonial        | Unid.                               | Cordão (fiel) trançado, cor amarela.   | 85  |
| 31 | Apito<br>Seg. Patrimonial              | Unid.                               | Apito de plástico preto com esfera.  | 85  |



"Fundada em 15 de agosto de 1853"
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
Departamento de Licitações

#### Anexo II

#### **MODELO DE DECLARAÇÕES**

AO MUNICÍPIO DE JAHU

PROCESSO Nº 5105-PG/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº (nº do CNPJ), neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei:

- a) Que inexiste qualquer fato superveniente impeditivo de habilitação na forma do § 2º do Artigo 32 da Lei Nº 8.666/93;
- b) Que nos termos do **inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666**, de 21 de junho de 1993 e alterações, a empresa encontra—se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, e que não possui, em seu quadro de pessoal, nem utilizará na prestação dos serviços relativos ao objeto desta Licitação, empregado(s) com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos **termos do inciso XXXIII do art. 7°, da Constituição Federal de 1988**;
- c) **Que se sujeita às condições do presente Edital**, bem como às Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 que regem a presente licitação;
- d) Que observa as normas relativas à saúde e segurança no **Trabalho**, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;
- e) Para o caso de empresas em recuperação judicial: que está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador—judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
  - f) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: que





"Fundada em 15 de agosto de 1853"
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
Departamento de Licitações

está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;

g) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra; e que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, exceto no que diz respeito aos requisitos de regularidade fiscal e trabalhista, os quais poderão ser comprovados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período — a critério único dessa Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de eventuais certidões negativas, ou positivas com efeito de negativas.

|   | Por ser verdade assina o pres   | ente. |  |
|---|---------------------------------|-------|--|
|   | (Cidade) de                     | de    |  |
| _ | Razão Social da Empresa         |       |  |
|   | Nome do responsável/procurador  |       |  |
|   | Cargo do responsável/procurador |       |  |

Nº do documento de identidade

# Professure de Municipia de Jahra

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

#### **ANEXO III**

#### DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DA ATA

PROCESSO Nº 5105-PG/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Caso a empresa venha sagrar-se vencedora do certame, seguem os dados do representante legal para assinatura da Ata de Registro de Preços:

| Nome completo:                 |     |
|--------------------------------|-----|
| Cargo:                         |     |
| CPF:                           | RG: |
| Data de Nascimento://          |     |
| Endereço residencial completo: |     |
| E-mail institucional:          |     |
| E-mail pessoal:                |     |
| Telefone(s):                   |     |

OBSERVAÇÃO: Caso este representante não for sócio/proprietário da empresa, deverá ser anexado a esta declaração a procuração onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir o mandatário.

Local e data.

Nome, cargo e assinatura Nº do RG e do CPF





"Fundada em 15 de agosto de 1853"
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
Departamento de Licitações

# ANEXO IV MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

O MUNICÍPIO DE JAHU, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Rua Paissandu nº 444, nesta cidade de Jahu/SP, CEP 17.201-900, inscrito no CNPJ/MF sob nº 46.195.079/0001-54, doravante denominado "MUNICÍPIO", neste ato representado pelo Secretário de Economia e Finanças, Sr. FELIPE SLIKTA PADILHA, inscrito no CPF sob nº 386.219.958-40, e pelo Secretário de Governo, Sr. PAULO GABRIEL COSTA IVO, inscrito no CPF sob nº 362.23.288-02, e por forca da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis Complementares nº 147, de 07 de agosto de 2014, e 155, de 27 de outubro de 2016, Decretos Municipais nº 5.205, de 24 de novembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 5247, de 29 de março de 2005, e Lei nº 3.951, de 15 de março de 2005, Decreto nº 5.866 de 11 de maio de 2009, Lei Complementar Municipal nº 296, de 11 de novembro de 2007, alterada pelo Decreto nº 5.867, de 11 de maio de 2009 e Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7.762, de 06 de agosto de 2020, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 035/2022, Processo nº 4433-PG/2021, homologado em XX de XXXXX de 2022, resolve REGISTRAR O PREÇO à empresa (nome da empresa), estabelecida na Rua (endereço), n° (N°) – Bairro: (nome do bairro) – Cidade: (nome da cidade) – (estado), CEP nº (número do CEP), inscrita no CNPJ sob nº (nº do CNPJ), I.E. nº (nº da I.E.), neste ato representada por seu procurador, o Senhor (nome do procurador), (nacionalidade), (estado civil), (ocupação profissional), (endereço completo com bairro, cidade, estado e CEP), portador do RG nº (nº do RG) e do CPF nº (nº do CPF).

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELO PERÍODO DE 12 MESES, de acordo com as especificações constantes neste Edital e no Termo de Referência (Anexo I).

| Item | Quant. | Especificações      | Valor Unitário | Valor Total |
|------|--------|---------------------|----------------|-------------|
| Х    | XXXX   | XXXXXXXXXXXXXXXXXX  | R\$ XXXXXX     | R\$ XXXXXXX |
| X    | XXXX   | XXXXXXXXXXXXXXXXXXX | R\$ XXXXXX     | R\$ XXXXXXX |

- 1.2 A DETENTORA DA ATA deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando—se integralmente pela qualidade do mesmo.
- 1.3 O MUNICÍPIO DE JAHU se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a DETENTORA DA ATA, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização do MUNICÍPIO.

1.4 – A DETENTORA DA ATA se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior desta Ata de Registro.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E CONDIÇÃO DE ENTREGA

- **2.1** As entregas serão parceladas de acordo com as necessidades do Departamento de Segurança do Trabalho.
- **2.2** A previsão para os 12 meses é de 04 entregas, sendo a primeira entrega do quantitativo de 25%, realizada até 15 dias após assinada a ATA.
- **2.3** O objeto deverá ser entregue pelo Licitante vencedor no Almoxarifado Central, localizado à **Rua Jorge Marcelino nº. 51, Vila Santo Ivo CEP 17.213-120**, de segunda-feira a sexta-feira das 08:00 as 16:00 horas, após pedido feitos através de PD-AF, no prazo máximo de:
- 30 dias corridos para Equipamentos de Proteção Individual EPIs;
- **2.4** O transporte e a descarga dos produtos nos locais designados correrão por conta exclusivas das empresas vencedoras, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.
- **2.5** Constatadas irregularidades no objeto, o Departamento de Segurança do Trabalho, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:
- **2.5.1** Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Anexo, determinando sua substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da notificação por escrito pelo fornecedor, mantido o preço inicialmente contratado, sem a adição de qualquer ônus à municipalidade.
- **2.6** O recebimento provisório ou definitivo não exime o Fornecedor de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade dos produtos entregues.
- 2.7 Fica reservado a esta Administração, em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade do produto ofertado. Para tanto, o produto será submetido a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que o produto considerado insatisfatório em qualquer das análises será automaticamente recusado, devendo ser imediatamente substituído.
- 2.8 Se algum produto apresentar irregularidade, a Prefeitura o enviará a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o produto se identifica ou não com aquele exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa a ser contratada. A Prefeitura o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade do produto fornecido diferente daquelas especificadas por ocasião da assinatura da ata, cujas características contrariem as definidas neste Termo, produtos estes alterados e / ou adulterados.
- 2.9- O recebimento será efetivado nos seguintes termos:
- **PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação do produto ofertado com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação pelo Setor Competente.
- **2.10** A empresa vencedora do certame obriga-se a fornecer o objeto, a que se refere este Termo de Referência, de acordo estritamente com as especificações aqui





"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações.

- **2.11** Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da empresa a ser contratada para efetuar a substituição do mesmo.
- **2.12** Deverão ser atendidas pela empresa a ser contratada além das determinações da fiscalização desta Prefeitura, todas as prescrições que por circunstância da lei devam ser acatadas.
- **2.13** A empresa contratada deverá, no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste certame, OBEDECER rigorosamente todas as disposições legais pertinentes. No tocante aos produtos descriminados neste Certame, fica expressamente definido que os mesmos deverão ser de primeira qualidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLÊNCIA

- 3.1 A DETENTORA DA ATA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município de Jahu, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.
- 3.2 A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos artigos 86 a 88 da lei Federal nº 8.666/1993, garantindo, sempre, o exercício de prévia e ampla defesa, e observadas as seguintes condições:
- 3.2.1 O não cumprimento das obrigações contratuais implicará na retenção dos valores devidos à DETENTORA DA ATA, sem prejuízo de outras sanções previstas no Edital e nesta ATA, conforme abaixo:
- 3.2.1.1 Advertência por escrito.
- 3.2.1.2 Multa de 5% (cinco por cento) do valor da Ata.
- 3.2.1.3 Pelo atraso injustificado na prestação de serviços objeto desta licitação:
- 3.2.1.3.1 Até 30 (trinta) dias, multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da Ata, por dia de atraso.
- 3.2.1.3.2 Superior a 30 (trinta) dias, multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da Ata, por dia de atraso.
- 3.2.2 Rescisão da Ata, com multa de 10% (dez por cento) do valor da Ata, qualquer que seja a causa e a época da rescisão.
- 3.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação por até 05 (cinco) anos.
- 3.2.4 Impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, pela prática de quaisquer dos atos previstos no artigo 7º da Lei Federal n. º 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 3.3 A aplicação das sanções previstas neste instrumento obedecerá ao disposto na Circular SEF nº 01, de 29 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO

4.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA LICITAÇÃO



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

- 5.1 Para a contratação do fornecimento objeto deste instrumento, foi realizada licitação na modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 035/2022, cujos atos encontram-se no Processo nº 5105-PG/2021.
- 5.2 Fica vinculado ao presente instrumento, nos termos do art. 55, inciso XI da Lei nº 8.666/93:
- 5.2.1 Edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 035/2022;
- 5.2.2 Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos do edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 035/2022;
- 5.2.3 A proposta apresentada do Pregão Eletrônico nº 035/2022;

#### CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1 O MUNICÍPIO, por meio dos órgãos interessados, efetuará a fiscalização do fornecimento a qualquer instante, solicitando à DETENTORA DA ATA, sempre que entender conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos solicitados, bem como comunicar ao MUNICÍPIO quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom cumprimento do presente termo.
- 6.1.1 A ação ou omissão total ou parcial dos órgãos encarregados da fiscalização não eximirá a DETENTORA DA ATA de total responsabilidade de executar o fornecimento, de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo.
- 6.2 O Gestor da Ata de Registro de Preços será o Sr. PAULO GABRIEL COSTA IVO, SECRETÁRIO DE GOVERNO, portador do CPF nº 362.238.288-02, e-mail pauloivo@jau.sp.gov.br, telefone 14-3602-1802.
- 6.3 A Fiscal da Ata de Registro de Preços será a servidora MICHELLE PICCIN, Técnica Segurança do Trabalho, portador do CPF nº 224.747.918-92, e-mail segurança.pmi@jau.sp.gov.br, telefone 14-3626-8046.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após o recebimento, inspeção e atestado do objeto licitado, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente assinada pelo responsável pelos recebimentos, devendo a licitante vencedora observar o que dispõe a CAT 162/2008, da Secretaria da Fazenda, a respeito da Nota Fiscal Eletrônica, sob pena de não recebimento. Deverá conter as descrições dos materiais de acordo com o Anexo I-A do presente Edital, número da licitação, bem como a modalidade, o número do Empenho ou da Autorização de Fornecimento, os números dos produtos correspondentes as entregas. O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, observado o disposto no art. 5º e no inciso II do § 4º do art. 40 da Lei nº 8.666/93, se couber. Os dados bancários devem obrigatoriamente estar presentes na nota fiscal.
- 7.2 Na contagem do prazo de pagamento, serão considerados dias corridos.
- 7.3 Caso ocorra qualquer irregularidade na Nota Fiscal, será imediatamente solicitada a DETENTORA DA ATA, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a este Município, no prazo de 03 (três) dias úteis.
- 7.4 Em caso de irregularidades na emissão de documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação.
- 7.5 Os recursos necessários para fazer frente às despesas da referida Ata de



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

Registro, onerarão a seguinte dotação para o ano de 2022 e vindouro:

#### 2022:

| Secretaria             | Orgão/Unidade<br>Orçamentária | Cod. Classificação | Natureza<br>Despesa | Fonte | Cod.<br>Aplicaçao | Valor      | Ficha |
|------------------------|-------------------------------|--------------------|---------------------|-------|-------------------|------------|-------|
| Agricultura            | 02.30.01                      | 20.122,0006-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 8.982,58   | 446   |
| Mobilidade Urbana      | 02.27.01                      | 15.122.0010-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 55.519,45  | 378   |
| Esportes               | 02.32.01                      | 27.812.0007-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 4.527,18   | 482   |
| Governo                | 02.23.01                      | 04.122.0002-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 56.465,65  | 288   |
| Saúde                  | 02.13.01                      | 10.301.0004-2011   | 3390.3028           | 1     | 301.0000          | 99.651,74  | 175   |
| Adm. Regionais         | 02.33.01                      | 04.122.0002-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 7.971,99   | 500   |
| Meio Ambiente          | 02.17.01                      | 18.541.0008-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 45.979,48  | 261   |
| Prot.e Dir.dos Animais | 02.34.01                      | 04.122.0004-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 5.861,15   | 513   |
| Assistência            | 02.26.03                      | 08.122.0005-2002   | 3390.3028           | 1     | 510.0000          | 1.479,90   | 356   |
| Cultura                | 02.31.01                      | 13.392.0009-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 2.936,25   | 460   |
| Desenvolvimento Econ.  | 02.29.01                      | 23.691.0006-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 224,35     | 433   |
| Fundamental            | 02.08.03                      | 12.361.0003-2004   | 3390.3028           | 1     | 220.0000          | 212.987,36 | 61    |
| Pré-escola             | 02.08.10                      | 12.365.0003-2009   | 3390.3028           | 1     | 213.0000          | 76.815,11  | 130   |
| Creche                 | 02.08.10                      | 12.365.0003-2009   | 3390.3028           | 1     | 212.0000          | 59.357,13  | 119   |
| Gabinete               | 02.02.01                      | 04.122.0002-2001   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 2.584,04   | 6     |

#### 2023:

| Secretaria             | Orgão/Unidade<br>Orçamentária | Cod. Classificação | Natureza<br>Despesa | Fonte | Cod.<br>Aplicaçao | Valor     |
|------------------------|-------------------------------|--------------------|---------------------|-------|-------------------|-----------|
| Agricultura            | 02.30.01                      | 20.122,0006-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 2.994,19  |
| Mobilidade Urbana      | 02.27.01                      | 15.122.0010-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 18.506,48 |
| Esportes               | 02.32.01                      | 27.812.0007-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 1.509,06  |
| Governo                | 02.23.01                      | 04.122.0002-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 18.821,88 |
| Saúde                  | 02.13.01                      | 10.301.0004-2011   | 3390.3028           | 1     | 301.0000          | 33.217,24 |
| Adm. Regionais         | 02.33.01                      | 04.122.0002-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 2.657,33  |
| Meio Ambiente          | 02.17.01                      | 18.541.0008-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 15.326,49 |
| Prot.e Dir.dos Animais | 02.34.01                      | 04.122.0004-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 1.953,71  |
| Assistência            | 02.26.03                      | 08.122.0005-2002   | 3390.3028           | 1     | 510.0000          | 493,30    |
| Cultura                | 02.31.01                      | 13.392.0009-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 978,75    |
| Desenvolvimento Econ.  | 02.29.01                      | 23.691.0006-2002   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 74,78     |
| Fundamental            | 02.08.03                      | 12.361.0003-2004   | 3390.3028           | 1     | 220.0000          | 70.995,78 |
| Pré-escola             | 02.08.10                      | 12.365.0003-2009   | 3390.3028           | 1     | 213.0000          | 25.605,03 |
| Creche                 | 02.08.10                      | 12.365.0003-2009   | 3390.3028           | 1     | 212.0000          | 19.785,71 |
| Gabinete               | 02.02.01                      | 04.122.0002-2001   | 3390.3028           | 1     | 110.0000          | 861,34    |

- 7.5.1 O valor da presente ata é de R\$\_\_\_\_\_ (valor por extenso).
- 7.6 O MUNICÍPIO DE JAHU não aceita Boletos Bancários como forma de cobrança de aquisições prestadas a esta Administração Municipal.
- 7.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Detentora da Ata não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) 365 I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

#### CLÁUSULA OITAVA – DA ATUALIZAÇÃO E CONTROLE DOS PREÇOS

- 8.1 Não haverá reajuste durante a vigência da ata de registro de preços, sendo que será possível apenas o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no Art. 65, II, d, da Lei 8.666/93.
- 8.2 Durante a vigência da Ata, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos e bens registrados, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.666 de 1993, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR da Ata de Registro de Preços, promover as necessárias negociações junto aos Detentores da Ata.
- 8.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- 8.3.1 Convocar o DETENTOR DA ATA visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.
- 8.3.2 Frustrada a negociação, o DETENTOR DA ATA será liberado do compromisso assumido.
- 8.3.3 Convocar os demais licitantes que tiveram preços registrados, visando igual oportunidade de negociação.
- 8.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados, o DETENTOR DA ATA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:
- 8.4.1 Convocar os demais DETENTORES DA ATA visando igual oportunidade de negociação.
- 8.5 Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 8.6 O cancelamento do registro se dará nas hipóteses previstas em lei, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.
- 8.7 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço Máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo Departamento de Licitações e Compras para alteração, por aditamento, do preço da Ata.
- 8.8 Na hipótese de o fornecedor não aceitar a redução proposta pela Administração, o preço registrado será rescindido.

#### CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

9.1 – O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.





"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

- 9.2 Comunicar à unidade requisitante, por escrito e no prazo de 24h (vinte e quatro horas), eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes neste Edital.
- 9.3 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a (conforme previsto no Edital): marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- 9.4 Responsabilizar-se por vícios danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código do Consumidor (Lei 8.078 de 1990).
- 9.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 9.6 Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias ao fornecimento dos objetos registrados e pagar os emolumentos prescritos em lei.
- 9.7 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas.
- 9.8 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Fornecedor ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 9.9 Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades.
- 9.10 Não será permitido ao pessoal do Fornecedor o acesso à área do edifício que não aquelas relacionadas ao seu trabalho.
- 9.11 Organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas.
- 9.12 Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, produtos que não atenda(m) as especificações contidas no Termo de Referência.
- 9.13 O Fornecedor obriga-se a manter, as obrigações por ela assumidas, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.14 Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata.
- 9.15 GARANTIR A QUALIDADE DO OBJETO REGISTRADO PELO PERÍODO DE VALIDADE, A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, RESSALVADOS OS CASOS EM QUE PRAZO MAIOR SEJA ESTABELECIDO POR LEI, PELO PRÓPRIO FORNECEDOR OU POR INDICAÇÃO NAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO OBJETO. AO OBJETO REGISTRADO QUE NÃO CONSTAR A VALIDADE ATESTADA PELO PRODUTOR, O FORNECEDOR GARANTIRÁ SUA QUALIDADE, NO MÍNIMO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.
- 9.16 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (Vinte e Cinco por cento) do valor do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 10.1 Comunicar a empresa vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 10.2 Efetuar o pagamento à empresa detentora da ata no valor correspondente ao



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

- 10.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 10.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital.
- 10.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de Comissão/Fiscal (servidor devidamente designado).
- 10.6 Elaborar Instrumento Contratual, Expedir Autorização de Fornecimento e Nota de Empenho.
- 10.7 Fiscalizar os itens quanto a sua qualidade e conformidade com a Proposta do Fornecedor e o Termo de Referência (Anexo I).
- 10.8 Expedir a Ordem de Entrega.
- 10.9 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de Comissão/Fiscal (servidor devidamente designado).
- 10.10 Atestar o recebimento dos produtos.
- 10.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como pelo motivos previstos no artigo 13 do Decreto Municipal nº 5.866, de 11 de maio de 2009.
- 11.2 A DETENTORA DA ATA reconhece deste já os direitos do MUNICÍPIO DE JAHU nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da lei Federal nº 8666/1993 e artigo 13 do Decreto Municipal nº 5.866, de 11 de maio de 2009.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS:

- 12.1 Correrão por conta e risco da DETENTORA DA ATA todas as despesas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do registro de preços, de acordo com artigo nº 71 da Lei 8.666/93.
- 12.2 O presente Termo de Compromisso e/ou Ata de Registro reger-se-á nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02 e Decretos Municipais nº 5205/04 e nº 5247/05, sendo recebido e aceito pela DETENTORA DA ATA todos os direitos inerentes ao Município para a rescisão administrativa prevista no artigo 78, do estatuto federal (Lei 8.666/93).
- 12.3 O MUNICÍPIO se reserva ao direito de inspecionar o objeto, podendo recusálo ou solicitar sua substituição.
- 12.4 Não poderá a DETENTORA DA ATA ceder ou transferir esta Ata, no todo ou em parte, sem expressa anuência do Município.
- 12.5 O fornecimento deverá ser efetuado mediante expedição, pelo MUNICÍPIO, de "AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO", que constará todas as especificações necessárias.





"Fundada em 15 de agosto de 1853"
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
Departamento de Licitações

- 12.6 A critério do Município a Autorização de Fornecimento e ou Nota de Empenho poderá ser enviada à DETENTORA DA ATA, via e-mail, nos dias úteis, dentro do horário de expediente.
- 12.7 O MUNICÍPIO não se responsabilizará pela entrega de produto, sem a respectiva Autorização de Fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 – Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de Jahu–SP, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da DETENTORA DA ATA.

E por estarem as partes em comum acordo com as cláusulas aqui pactuadas, segue este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e validade, assinado na presença de 03 (três) testemunhas, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais.

**EMPRESA** 

| Jahu, de                      | de 2022.   |
|-------------------------------|--|
|                               |  |
| Pela <b>CONTRATANTE</b> :     |  |
|                               | FELIPE SLIKTA PADILHA<br>SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS |
|                               | PAULO GABRIEL COSTA IVO<br>SECRETÁRIO DE GOVERNO           |
| Pela <b>Detentora da At</b> a | <b>1:</b>  |



"Fundada em 15 de agosto de 1853"
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
Departamento de Licitações

# TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO MUNICÍPIO DE JAHU

Contratante: MUNICIPIO DE JAHU.
Detentora da Ata: XXXXXXXXXXXXXX

Contrato no (de origem):

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

- 1. Estamos CIENTES de que:
- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
- 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

| Jal | hu, d | е | de 2022 |
|-----|-------|---|---------|
|     |       |   |         |



"Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

### AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: JORGE IVAN CASSARO Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

| RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO I      |    | OU | <b>RATIFICAÇÃO</b> | DA |
|--------------------------------------|----|----|--------------------|----|
| DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITACÃ | O: |    |                    |    |

| CPF: 827.855.118-91  |
|--|
| RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:  Nome: FELIPE SLIKTA PADILHA Cargo: SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS CPF: 386.219.958-40 Assinatura: |
| RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE: Pelo CONTRATANTE: Nome: FELIPE SLIKTA PADILHA Cargo: SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS CPF: 386.219.958-40 Assinatura:  |
| Nome: PAULO GABRIEL COSTA IVO<br>Cargo: SECRETÁRIO DE GOVERNO<br>CPF: 362.238.288-02<br>Assinatura:  |
| Pela CONTRATADA:  Nome: Cargo: CPF: Assinatura:  |
| ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:  Nome: FELIPE SLIKTA PADILHA  Cargo: SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS  CPF: 386.219.958-40  Assinatura:   |
| GESTOR(ES) DO CONTRATO:  Nome: FELIPE SLIKTA PADILHA  Cargo: SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS  CPF: 386.219.958-40  Assinatura:   |
| Nome: PAULO GABRIEL COSTA IVO<br>Cargo: SECRETÁRIO DE GOVERNO<br>CPF: 362.238.288-02<br>Assinatura:  |



"Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

#### CONTRATOS OU ATOS JURIDICOS ANÁLOGO CADASTRO DO RESPONSÁVEL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

CADASTRO DO RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O CONTRATO OU ATO JURÍDICO ANÁLOGO E OU TERMO ADITIVO, MODIFICATIVO OU COMPLEMENTAR.

| Nome:              | FELIPE SLIKTA PADILHA             |
|--------------------|-----------------------------------|
| Cargo:             | SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS |
| CPF:               | 386.219.958-40                    |
| Período de gestão: | Início em 05/04/2022              |

| Nome:              | PAULO GABRIEL COSTA IVO |
|--------------------|-------------------------|
| Cargo:             | SECRETÁRIO DE GOVERNO   |
| CPF:               | 362.238.288-02          |
| Período de gestão: | Início em 01/01/2021    |

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração de Atualização Cadastral" ora anexada(s).





"Fundada em 15 de agosto de 1853"
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
Departamento de Licitações

## ANEXO V TERMO DE RESPONSABILIDADE DO GESTOR/FISCAL

PROCESSO Nº 5105-PG/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Declaro ter amplo conhecimento dos termos e condições contratuais, expedida a cada Autorização de Fornecimento, bem como das obrigações da Administração Pública e do contratado.

Declaro ter recebido nesta oportunidade uma cópia do Contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação, termo de referência e/ou projeto básico, cópia do convênio, contrato de locação, documentos pertinentes, enfim, cópia do instrumento contratual pactuado.

Declaro que as obrigações assumidas como gestor/fiscal do presente não conflitam com minhas responsabilidades funcionais.

Declaro ter pleno conhecimento da minha competência e atuação como gestor/fiscal do presente Contrato, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93, me comprometendo a representar a autoridade competente o descumprimento de qualquer cláusula contratual, para as providências necessárias.

Declaro conhecer amplamente os termos e condições pactuadas, identificando as obrigações da Administração Pública e da entidade com quem será contratada.

Declaro ter pleno conhecimento de que a não comunicação de qualquer descumprimento ou irregularidade no presente Contrato, à Administração, poderá ensejar responsabilização civil, administrativa e criminal a ser apurada através de instauração de processo administrativo.

Como gestor do contrato estou ciente:

- 1 O gestor deverá possuir autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização.
- 2 Dependendo do tipo de contrato a ser pactuado, recomenda-se que o gestor se reúna com o representante da empresa contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato. A figura do representante da empresa contratada também deverá ser de conhecimento do gestor, uma vez que, ao conhecer o representante da contratada os termos afins do contrato podem ser discutidos com amis precisão e interesse para ambas as partes.
- 3 O gestor deverá exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital de Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas, convênios, plano de trabalho, contratos celebrados, etc.
- 4 O local e as condições para que o objeto da avença seja desempenhado também deverão ser fiscalizados. Nos casos de obras e/ou serviços isso poderá representar a pontualidade ou o atraso do objeto contratado. Nas Entidades, se o descrito no plano de trabalho está sendo cumprido pela entidade.
- 5 A exigência do cumprimento do contrato pelo gestor deverá ser sempre formalizada por escrito e com protocolo, para comprovar sua atuação e também



"Fundada em 15 de agosto de 1853"
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
Departamento de Licitações

caso haja necessidade, instruir eventual processo sancionador.

- 6 Cabe ainda ao gestor recusar o serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no contrato e seus anexos.
- 7 Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela contratada, e com protocolo, para que a Administração possa tomar as providências cabíveis no caso em tela e também afastar qualquer responsabilização funcional do gestor em relação a Administração.
- 8 Quando houver expressa previsão contratual, a fiscalização deverá abranger também a apresentação da contratada de documentos válidos necessários para manter a contratação, por exemplo: adimplência das obrigações fiscais e sociais trabalhistas, os recolhimentos do FGTS e INSS devidamente liquidados.

| Firmo a presente d | declaração sob as penas da lei.  |
|--------------------|--|
| Jahu, de           | de 2022.   |
|                    |  |
|                    | PAULO GABRIEL COSTA IVO<br>SECRETÁRIO DE GOVERNO<br>GESTOR DO CONTRATO |
|                    | MICHELLE PICCIN TÉCNICA SEGURANÇA TRABALHO FISCAL DO CONTRATO          |



# Presistura do Municipio de Jahra

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de agosto de 1853"
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
Departamento de Licitações

#### ANEXO VI MODELO DE PROPOSTA FINAL (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA – ME/EPP/MEI)

AO MUNICÍPIO DE JAHU PROCESSO № 5105-PG/2021 PREGÃO ELETRÔNICO № 035/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

| AZÃO SOCIAL:                        |   |
|-------------------------------------|---|
| NPJ:                                | _ |
| NDEREÇO:                            |   |
| ELEFONE:                            |   |
| -MAIL:                              |   |
| -MAIL:ESPONSÁVEL POR ASSINAR A ATA: |   |
| PF DO RESPONSÁVEL:                  |   |
| G DO RESPONSÁVEL:                   |   |
| STADO CIVIL:                        |   |
| NDEREÇO RESIDENCIAL:                |   |

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta relativa à Licitação em referência, destinada a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELO PERÍODO DE 12 MESES, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução, o produto a seguir discriminados:

| ITEM | PRODUTO  | UNIDADE  | DESCRIÇÃO   | TOTAL | VALOR<br>UNITÁRIO<br>R\$ | VALOR<br>TOTAL R\$ |
|------|--|--|---|-------|--------------------------|--------------------|
| 1    | BOTINA DE<br>SEGURANÇA<br>Sem biqueira<br>de aço | N° 33 – 02 Pares<br>N° 36 – 15 Pares<br>N° 37 – 30 Pares<br>N° 38 – 45 Pares<br>N° 39 – 59 Pares<br>N° 40 – 93 Pares<br>N° 41 – 96 Pares<br>N° 42 – 117<br>Pares<br>N° 43 – 58 Pares<br>N° 44 – 33 Pares<br>N° 45 – 13 Pares   | Calçado ocupacional, tipo botina, confeccionado em vaqueta hidrofugada, fechamento por elástico na lateral, palmilha de montagem em não tecido ou couro, costurada pelo sistema strobel, palmilha interna removível anti bactérias, solado em poliuretano com bi densidade, injetado direto ao cabedal sem costura, com amortecedor de impacto no salto, resistente a óleo combustível e penetração de água. Aprovado para proteção dos pés contra riscos de natureza leve e agentes abrasivos e escoriantes. | 561   |                          |                    |
| 2    | TÊNIS DE<br>SEGURANÇA                            | N° 33 – 01 Pares<br>N° 35 – 37 Pares<br>N° 36 – 46 Pares<br>N° 37 – 76 Pares<br>N° 39 – 62 Pares<br>N° 39 – 84 Pares<br>N° 40 – 108<br>Pares<br>N° 41 – 72 Pares<br>N° 42 – 85 Pares<br>N° 42 – 85 Pares<br>N° 44 – 18 Pares<br>N° 44 – 18 Pares<br>N° 45 – 12 Pares<br>N° 46 – 02 Pares | Calçado ocupacional, tipo tênis, confeccionado em vaqueta hidrofugada, fechamento por cadarço, palmilha de montagem em não tecido ou couro, costurada pelo sistema strobel, palmilha interna removível anti bactérias, solado em poliurretano com bidensidade, injetado direto no cabedal, com amortecedor de impacto no salto, resistente a ôleo combustível e penetração de água. Aprovado para proteção dos pés contra riscos de natureza leve e agentes abrasivos e escoriantes. Cor: Preto               | 656   |                          |                    |
| 3    | BOTA DE  | N° 33 – 01 Pares   | Bota confeccionada em PVC vulcanizada, cano   | 426   |                          |                    |



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

#### Departamento de Licitações

|    | BORRACHA<br>PRETA  | N° 34 – 05 Pares<br>N° 35 – 11 Pares<br>N° 36 – 19 Pares<br>N° 37 – 61 Pares<br>N° 38 – 63 Pares<br>N° 39 – 45 Pares<br>N° 40 – 68 Pares<br>N° 41 – 55 Pares<br>N° 42 – 33 Pares<br>N° 42 – 35 Pares<br>N° 44 – 14 Pares<br>N° 45 – 16 Pares | médio, solado antiderrapante, interior forrado em nylon, na cor Preta.   |       |  |
|----|--|--|--|-------|--|
| 4  | PROTETOR<br>SOLAR  | Unid.  | BLOQUEADOR SOLAR COM REPELENTE – FATOR DE PROTEÇÃO 30. Deve conter componentes que promovam barreiras física e química aos raios UV/UVB e possuir amplo espectro de ação repelente; deve dispor de filtro solar de amplo espectro, isto é, deve proteger da radiação UVA (320-400nm) e UVB (290-320nm); deve ser na forma de loção; possuir odor suave e agradável; não deve conter substâncias oleosas (tipo "oil-free"); deve utilizar substâncias que não provoquem alergias (tipo "hipoalergênico"); não deve obstruir os poros (tipo "não comedogênico"); com repelente não tóxico e seguro, com amplo espectro de ação; não deve provocar manchas na pele ou nas roupas. Frasco com 120 ml.  | 4893  |  |
| 5  | LUVA VAQUETA   | Pares  | Luva de segurança modelo 5 dedos confeccionados em 100% couro de vaqueta na cor natural – modelo petroleiro; com punho em elástico embutido, dorso normal, palma com reforço interno, acabamento com viés, costura com linha de nylon. Para proteção do usuário de agentes abrasivos, escoriantes, cortante e perfurante.  | 486   |  |
| 6  | RESPIRADOR<br>PURIFICADOR DE<br>AR TIPO PEÇA<br>SEMIFACIAL<br>FILTRANTE PFF2 -<br>COM FBC1 | Unid.  | Respirador de ar de segurança tipo peça semifacial filtrante para partículas, com formato dobrável, nas laterais externas do respirador com duas presilhas, em material plástico, uma de cada lado, através das quais passam dois tirantes elásticos brancos entrelaçados nas presilhas, perfazendo quatro alças, duas na parte superior, para fixação da peça na altura da nuca e as outras duas na parte inferior, para fixação na altura do pescoço do usuário; uma tira de material metálico localizado na parte frontal superior da peça, para ajuste no septo nasal. O corpo do respirador com dispositivo azul dotado de uma válvula de exalação. Ideal para vias respiratórias do usuário contra poeiras, nevoas, fumos e vapores orgânicos. | 17455 |  |
| 7  | LUVA DE RASPA<br>20cm  | Pares  | Luva de raspa (couro) costurada com linha de<br>Nylon, com reforço interno na palma e dedos.<br>Indicado para serviços médios e pesados.<br>Comprimento: 20 cm   | 252   |  |
| 8  | LUVAS<br>NITRÍLICAS 30 cm  | P - 48 Pares<br>M - 352 Pares<br>G - 683 Pares<br>GG - 46 Pares  | Luvas Nitrílicas não forrada com suporte têxtil, comprimento de 30 cm.   | 1129  |  |
| 9  | LUVA DE RASPA<br>30 cm   | Pares  | Luva de raspa (couro) costurada com linha de<br>Nylon, com reforço interno na palma e dedos.<br>Indicado para serviços médios e pesados.<br>Comprimento: 30 cm   | 91    |  |
| 10 | LUVAS<br>NITRÍLICAS 46 cm  | P - 20 Pares M - 56 Pares G - 74 Pares GG - 50 Pares EG - 50 Pares   | Luvas Nitrílicas não forrada com suporte têxtil, comprimento de 46 cm.   | 250   |  |
| 11 | LUVAS DE LÁTEX   | P - 840 Pares<br>M - 3562 Pares<br>G - 3871 Pares<br>GG - 130 Pares<br>XG - 124 Pares  | Luvas de Látex durável e resistente, 100%<br>Natural, reforçada, cor Amarela, forrada<br>internamente, aveludada com flocos de algodão,<br>palma antiderrapante, dispensa o uso do talco   | 8527  |  |
| 12 | PROTETOR<br>AUDITIVO TIPO<br>CONCHA<br>NRRsf 21  | Unid.  | Protetor auditivo, do tipo concha NRRsf 21, constituído por duas conchas em plásticos, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e em seu interior, possui uma haste em plástico rígido almofadado e metal que mantém as conchas firmemente seladas contra a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas.  | 16    |  |
| 13 | PROTER<br>AUDITIVO TIPO<br>PLUG  | Unid.  | Protetor auditivo, confeccionado em silicone grau farmacêutico, tipo inserção, composto de um eixo com três flanges, onde a primeira, a segunda e a terceira, são flanges maciças e cônicas, todas de dimensões variáveis, contendo um orificio no seu interior, protetor tamanho único, moldável a  | 76    |  |



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU "Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

|    | T   | I   | diferentes canais auditivos, com ou sem sensor,   |  |  |
|----|---|---|---|--|--|
|    |   |   | em cores variáveis, com cordão de polipropileno ou cordão de silicone.  |  |  |
| 14 | CAPACETE DE<br>SEGURANÇA<br>COM JUGULAR<br>Cor: Cinza                       | Unid.   | Capacete de Segurança tipo aba frontal Classe A. com jugular, injetado em Plástico com fenda nas laterais (Para acoplagem de acessórios): confeccionado na cor: Cinza.  | 13   |  |
| 15 | ÓCULOS DE<br>SEGURANÇA<br>Incolor   | Unid.   | ÓCULOS DE PROTEÇÃO – Óculos de proteção com lentes em policarbonato com tratamento antiriscos. Abas laterais de proteção. Armação preta e hastes reguláveis. Cordão de segurança. Resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Que filtre 99,9% dos raios UVA e UVB. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário. Cor: Incolor (com antiembaçante).   | 586  |  |
| 16 | CAPACETE DE<br>SEGURANÇA<br>COM JUGULAR<br>Cor:Branco                       | Unid.   | Capacete de Segurança tipo aba frontal Classe A.<br>com jugular, injetado em Plástico com fenda nas<br>laterais (Para acoplagem de acessórios);<br>confeccionado na cor: Branco.  | 06   |  |
| 17 | ÓCULOS DE<br>SEGURANÇA<br>Cinza   | Unid.   | Óculos de Proteção; destinado para manutenção em geral, com exposição a radiação solar; composto de armação, lentes e haste; com armação em policarbonato, com revestimento de espuma cinza; com haste em sistema deslizante para ajuste, com pontas cobertas de borracha macia; lente devera ser antiembaçante, resistente a risco e impacto; resistente a partículas volantes frontais, e luminosidade intensa frontal; com capacidade de absorver no mínimo 99.9% de radiação ultravioleta UV; o óculos devera proporcionar ampla visão; com lente na cor cinza; com cordão de segurança na cor preto; embalado individualmente em embalagem apropriada.   | 100  |  |
| 18 | FITA ZEBRADA<br>PARA<br>ISOLAMENTO  | Unid.   | Fita Zebrada para Isolamento de Área 7cm x<br>200m — Sem adesivo. Para demarcação e<br>sinalização de espaço reservado ou danificado.<br>Zebrado em preto e amarelo.<br>Composição: Polietileno   | 70   |  |
| 19 | CINTO PARAQUEDISTA PARA ELETRICISTA COM TALABARTE SEM ABSORVEDOR DE IMPACTO | Unid.   | Cinturão de segurança; confeccionado em poliamida de alta densidade, com reforço lombar e almofada nas coxas com tecidos retardante a chamas; do tipo para-quedista; segurança do usuário em trabalhos em altura e com eletricidade; com 5 argolas em "D" com revestimento dielétrico; sendo peitoral, umbilical, dorsal e laterais; as fívelas na cintura e coxas são de engate râpido; equipado com porta ferramentas nas laterais; com três mosquetões com revestimentos dielétrico; devera acompanhar o cinturão um talabarte de segurança em forma de "Y" em poliamida; o talabarte devera ser dotado de 3 mosquetões com 110 mm de abertura; regulagem nos suspensórios frontais, devera acompanhar também talabarte de posicionamento em corda com regulagem de distância em inox confeccionado em corda de poliamida de 14mm, revestido com mangueira contra atrito, 01 regulador de distância em inox, 01 conector dupla trava e conector oval fechamento em rosca. Com talabarte SEM ABSORVEDO R DE IMPACTO | 13   |  |
| 20 | LUVA Nitrilon<br>Coleta<br>Varrição de Vias                                 | 08 - 776 Pares<br>09 - 818 Pares<br>10 - 752 Pares                                  | Luva flexível maleável para trabalho na coleta de lixo urbano; confeccionado em malha de algodão felpudo. Revestimento antiderrapante em látex natural na palma e dorso dos dedos, acabamento corrugado, punho e malha elástica, na cor verde.  | 2346   |  |
| 21 | MÁSCARA<br>RESPIRADOR PFF<br>– 2 N95  | Unid.   | Indicado para proteção das vias respiratórias e redução da exposição contra certos aerodispersoides em uma faixa de tamanho de partículas de 0,1 a 10 micra (diâmetro aerodinâmico médio) ou maiores, incluindo as geradas por eletrocautério, cirurgia a laser, e outros instrumentos médicos elétricos. Recomendado também para controle da exposição ocupacional à Tuberculose (TB).   | 500  |  |
| 22 | LUVAS<br>PROCEDIMENTOS<br>A.D.I.  | P – 111 Unid.<br>de CAIXA<br>M – 326 Unid. de<br>CAIXA<br>G – 150 Unid. de<br>CAIXA | Luvas em látex 100% natural, não estéril, ambidestras, resistentes, descartável, totalmente isenta de pó, desenvolvidas especialmente para profissionais que apresentam reações alérgicas, hipoalergênicas. Totalmente impermeável á água e a outros fluidos. Quantidade por caixa: 100 luvas.  | 587<br>Unidades<br>de CAIXA<br>com 100<br>luvas cada |  |
| 23 | LUVA MALHA DE<br>AÇO Merenda  | Unid.   | Luvas de Segurança em malha de aço, cinco dedos com pulseira em aço; no tamanho grande; na cor aço, para proteção de usuário de procedimentos de cortes e desossa de carnes e outros produtos alimentícios; cano curto com  | 70   |  |



"Fundada em 15 de agosto de 1853"

#### SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

#### Departamento de Licitações

| 24 | LUVA VINIL<br>DESCARTAVEL<br>Merenda        | P – 70 Unid. de<br>Caixa<br>M – 75 Unid. de<br>Caixa<br>G – 70 Unid. de<br>Caixa   | punho aço; sem forro, fechado através de trava e fecho voltado para a palma da mão, confeccionado em aço na altura do punho; deverá resistir a cortes durante a manipulação.  Luva para procedimento, em resina vinilíca, borracha nitrifica, polietileno ou similar, livre de látex, com textura uniforme, sem falhas, boa flexibilidade e resistência; sem nenhum tipo de pó, nem os bio-absorvíveis; com alta sensibilidade tátil. Punho extra longo reforçado com bainha com acabamento no punho de formato anatômico, | 215<br>Unidades<br>de Caixa<br>com 100<br>luvas cada |      |
|----|---|--|--|--|------|
| 25 | BOTA DE<br>BORRACHA<br>BRANCA<br>Merenda    | N° 33 - 01 Pares<br>N° 34 - 02 Pares<br>N° 35 - 10 Pares<br>N° 36 - 19 Pares<br>N° 37 - 26 Pares<br>N° 38 - 32 Pares<br>N° 39 - 30 Pares<br>N° 40 - 14 Pares<br>N° 41 - 05 Pares<br>N° 42 - 01 Pares<br>N° 44 - 01 Pares | Bota confeccionada em PVC vulcanizada, cano médio, solado antiderrapante, interior forrado em nylon, na cor branca.  | 141  |      |
| 26 | SAPATO DE<br>SEGURANÇA<br>BRANCO<br>MERENDA | N° 33 – 02 Pares. N° 34 – 06 Pares. N° 35 – 28 Pares. N° 35 – 32 Pares. N° 37 – 68 Pares. N° 38 – 74 Pares. N° 39 – 44 Pares. N° 40 – 20 Pares. N° 41 – 06 Pares. N° 44 – 02 Pares                                       | Calçado de segurança tipo sapato; em microfibra.<br>Com abertura lateral em elástico recoberto; com<br>colarinho (tornozelo) acolchoado; com biqueira de<br>proteção plástica; impermeável; flexível; leve e<br>resistente ao deslizamento (antiderrapante)  | 282  |      |
| 27 | TOUCA<br>DESCARTAVEL<br>(REDE) Merenda      | Unid.  | Touca pra proteção capilar; do tipo rede; confeccionada em 100% poliamida; tamanho único (diâmetro 0,64cm variação máxima permitida 5% para maior ou menor); destinada para usuário do setor alimentício, frigorífico e manutenção; na cor preta.  | 62040  |      |
| 28 | LUVA TERMICA<br>Merenda                     | Pares  | Luva térmica de Cozinha; de algodão com tratamento em silicone; no tamanho único cano longo (45cm de comprimento); devendo resistir a temperaturas de no mínimo 200 graus. Com proteção térmica contra calor; forração removível, composta de fibra de poliéster e tecido de algodão com tratamento de silicone; costurada com linha de aramida, modelo de 2 dedos (tipo mão de gato), (Bec 4869591)   | 286  |      |
| 29 | CINTO/ CINTURÃO<br>Seg. Patrimonial         | G – 77 Unid.<br>GG – 10 Unid.  | Cinto/Cinturão tático completo em nylon, com regulagem de tamanho em velcro com fivela de plástico (ou material assemelhado) de engate rápido e porta tonfa para destro.   | 87   |      |
| 30 | CORDÃO FIEL<br>Seg. Patrimonial             | Unid.  | Cordão (fiel) trançado, cor amarela.   | 85   | <br> |
| 31 | Apito<br>Seg. Patrimonial                   | Unid.  | Apito de plástico preto com esfera.  | 85   |      |

**Prazo de validade da proposta:** 60 (sessenta) dias corridos **Declaramos**, sob as penas da Lei, que o(s) produto(s) ofertado(s) atende(m) plenamente o descritivo bem como as normas técnicas pertinentes.

**Declaramos** que os preços ofertados correspondem ao do mercado.

**Declaramos**, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos





"Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Edital).

**Declaramos** que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado, bem como tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

**Declaramos** que a execução será realizada em conformidade com o estabelecido no Edital e seus Anexos.

**Declaramos** que conhecemos todas as condições do Edital e seus Anexos e sujeitamo-nos ao seu fiel cumprimento.

**Declaramos** que a proposta foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato.

**Declaramos** que não tentamos influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado à administração antes da abertura oficial da proposta, tampouco que recebi informações nesse sentido da administração.

| (Cidade) | de | de 2022.                         |    |
|----------|----|----------------------------------|----|
|          |    | Assinatura do representante lega | al |



"Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

#### ANEXO VI-A

## MODELO DE PROPOSTA FINAL (AMPLA CONCORRÊNCIA)

AO MUNICÍPIO DE JAHU PROCESSO Nº 5105-PG/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

| AZÃO SOCIAL:         | _ |
|----------------------|---|
| :NPJ:                | _ |
| NDEREÇO:             | _ |
| ELEFONE:             |   |
| -MAIL:               |   |
| -MAIL:               | _ |
| PF DO RESPONSÁVEL:   |   |
| G DO RESPONSÁVEL:    |   |
| STADO CIVIL:         |   |
| NDEREÇO RESIDENCIAL: |   |

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta relativa à Licitação em referência, destinada a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELO PERÍODO DE 12 MESES, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução, o produto a seguir discriminados:

| ITEM | PRODUTO                          | UNIDADE  | DESCRIÇÃO  | TOTAL   | VALOR<br>UNITÁRIO<br>R\$ | VALOR<br>TOTAL R\$ |
|------|----------------------------------|--|--|---|--------------------------|--------------------|
| 32   | LUVAS<br>PROCEDIMENTOS<br>A.D.I. | P – 444 Unid.<br>de CAIXA<br>M – 1302 Unid.<br>de CAIXA<br>G – 602 Unid. de<br>CAIXA | Luvas em látex 100% natural, não estéril, ambidestras, resistentes, descartável, totalmente isenta de pó. desenvolvidas especialmente para profissionais que apresentam reações alérgicas, hipoalergênicas. Totalmente impermeável á água e a outros fluidos. Quantidade por caixa: 100 luvas. | 2348<br>Unidades<br>de CAIXA<br>com 100<br>luvas cada |                          |                    |

**Prazo de validade da proposta:** 60 (sessenta) dias corridos **Declaramos**, sob as penas da Lei, que o(s) produto(s) ofertado(s) atende(m) plenamente o descritivo bem como as normas técnicas pertinentes.

**Declaramos** que os preços ofertados correspondem ao do mercado.

**Declaramos**, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU "Fundada em 15 de agosto de 1853"



SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Departamento de Licitações

instrumento convocatório (Edital).

**Declaramos** que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado, bem como tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

**Declaramos** que a execução será realizada em conformidade com o estabelecido no Edital e seus Anexos.

**Declaramos** que conhecemos todas as condições do Edital e seus Anexos e sujeitamo-nos ao seu fiel cumprimento.

**Declaramos** que a proposta foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato.

**Declaramos** que não tentamos influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado à administração antes da abertura oficial da proposta, tampouco que recebi informações nesse sentido da administração.

| (Cidade) | de  | de 2022.                        |
|----------|-----|---------------------------------|
|          | Ass | sinatura do representante legal |



PROCESSO Nº 5105-PG/2021

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de agosto de 1853" SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS Departamento de Licitações

#### **ANEXO VII**

#### TERMO DE RECEBIMENTO ou RECUSA DO OBJETO LICITADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

| Sim | Nã  | io                  |              |           |            |             |          |              |           |      |
|-----|-----|---------------------|--------------|-----------|------------|-------------|----------|--------------|-----------|------|
| ( ) | ( ) | ) – O(s) c          | objeto(s) e  | entregue  | e(s) confe | ere(m) com  | o descr  | itivo exigio | do.       |      |
| ( ) | (   | ) – O(s)<br>legais. | objeto(s     | s) entreg | jue(s) es  | tá(ão) em   | conform  | nidade cor   | m as noi  | rmas |
| ( ) | (   | ) – O(s)            | objeto(s)    | ) foi(ram | ) entregu  | e(s) no pra | zo estal | belecido.    |           |      |
| ( ) | (   | ) – O(s)            | objeto(s)    | ) foi(ram | ) entregu  | e(s) na(s)  | quantida | ade(s) requ  | uisitada. |      |
|     |     | ·                   | nos<br>, cor | m o requ  | uisitado.  | descritos   | o(s)     | item(s)      | estão     | em   |
|     |     |                     | lahu         |           | <b>1</b> 0 |             | de 202   | 2            |           |      |
|     |     |                     | Janu         |           | и <b>с</b> |             | _ue      | ۷.           |           |      |
|     |     |                     |              |           | Fis        | scal        |          |              |           |      |

